

QUARTO PAINEL — A TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS

Moderador — PROF. JOSÉ ARTHUR RIOS

Expositor — PROF. UBIRATAN SIMÕES REZENDE

Debatedores — PROFS. BELMIRO VALVERDE CASTOR, JOÃO EURICO MATTA, JÚLIO CÉSAR LEITE, LUCIANO ZAJDSZNAJDER e MILTON SANTOS

Prof. José Arthur Rios — Prosseguindo com o Simpósio Guerreiro Ramos, debateremos hoje a teoria da delimitação dos sistemas sociais. Quero apresentar aos presentes os membros que comporão nossa mesa: Prof. Ubiratan Simões Rezende, da Funcep, que será nosso expositor; Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor, da Universidade Federal do Paraná; Prof. João Eurico Matta, da Universidade Federal da Bahia; Prof. Júlio César Leite, advogado; Prof. Luciano Zajdsnajder, da Escola Brasileira de Administração Pública e Prof. Milton Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem a palavra o Prof. Ubiratan Simões Rezende.

Prof. Ubiratan Rezende — Minhas senhoras, meus senhores, componentes do painel. Há alguns requisitos de ordem formal que me impus e gostaria de cumprir, antes de qualquer coisa. Algumas pessoas que foram muito importantes na formalização da teoria da delimitação dos sistemas sociais junto com Guerreiro Ramos, nos EUA, não estão aqui presentes.

Gostaria de registrar, através da enunciação de seus nomes, a colaboração decisiva que elas prestaram à formalização dessa teoria. Estou me referindo especificamente a Burton Terence Harwick, George Najjar, Tom Heeney e Jonathan Moyo. Estou lembrando também todos esses que foram alunos, discípulos de Guerreiro Ramos nos EUA, nos últimos seis anos e meio, quando de fato começou a tomar forma, de maneira mais acabada, esse arcabouço conceitual contido no livro que nós vamos discutir hoje. Essas pessoas, junto com todos os brasileiros que lá estiveram (todos nós, brasileiros) foram caixas de ressonância, serviram de caixa de ressonância para aquela jornada que Guerreiro Ramos havia iniciado, no sentido da cristalização de suas idéias, em forma discursiva.

Pois bem, também quero fazer referência à presença, aqui neste auditório, de quem traduziu com muito carinho, com muito rigor, *A nova ciência das organizações* — originalmente escrita em inglês — Mary Deiró Cardoso. Guerreiro, de fato, sentiu-se muito gratificado pelo tipo de tradução que recebeu sua obra.

Nós ouvimos... eu ouvi tantas coisas, nestes dois dias em que, de alguma forma, a agenda intelectual, a agenda acadêmica, e agenda política, a agenda existencial do autor que nós estamos examinando foram explicitadas com um

brilho que, estou seguro, não vou poder alcançar. Então, vou-me restringir a uma tentativa de oferecer uma chave de interpretação; vou tentar, através desta chave interpretativa, uma unificação de uma série de conceitos e idéias, de uma série de colocações que foram feitas aqui, ontem e hoje.

Parto lembrando uma frase de George Lukács no seu livro *Metodish Zür Organisationsfrage*, em que ele diz o seguinte: “a organização é a forma de mediação entre a teoria e a práxis”. É somente a partir da questão organizacional que se torna possível criticar a teoria do ponto de vista da práxis.

Tenho absoluta convicção de que esta era uma idéia esposada implícita e explicitamente por Guerreiro Ramos. Era a partir da práxis, da consciência de que as transformações no universo da práxis ditavam um redimensionamento, uma reestruturação dos arcabouços conceituais que categorizavam essa mesma práxis que Guerreiro Ramos focou, concentrou o foco do seu último trabalho na organização. A organização a que ele se refere não é só a organização formal ou organização economicista. É muito mais do que isto, é a ordem da vida humana associada, é a organização das interações humanas. E para que possamos perceber o gigantismo da tarefa que ele se propôs, temos que, de alguma forma, buscar a cosmogonia e a escatologia contidas no pensamento de Guerreiro Ramos.

Observem o seguinte: a recuperação do legado clássico, que é uma tentativa explícita e sistemática na obra de Guerreiro — nesta última obra fundamentalmente — é uma tentativa de se desvendar a seguinte concepção cosmogônica: há uma ordem cósmica (explícita no pensamento clássico, desde os pré-socráticos), ulterior a esta ordem da vida humana associada, contida em um universo físico cognoscível. Essa ordem cósmica, essa ordem ulterior, é uma ordem que só pode ser apreendida através de um esforço noético ou substantivo. Isto é, os gregos tinham uma idéia precisa de que havia duas dimensões constitutivas da racionalidade humana: a *logos* e o *nous*. Era o *nous* aquela dimensão intrínseca à nossa natureza, que possibilitava a apreensão do mundo dos conceitos, do mundo platônico das idéias. Era o *nous* que em Aristóteles possibilitava a apreensão do conceito universal, necessário, aespacial e atemporal. Era o *nous*, essa dimensão constitutiva da nossa racionalidade que possibilitava a *teória*. E o que era a *teória* no sentido clássico? Contemplação. Contemplação dessa ordem cósmica, dessa ordem ulterior. E por que isso era importante? Por que o resgate dessa dimensão da nossa racionalidade era importante? Era importante porque, vejam os senhores, no domínio da política, da *polis*, os critérios de ordenação, de organização da vida humana associada, na herança clássica, eram definidos a partir de um exercício sistemático da razão noética ou da razão substantiva.

A *polis* grega era a condição de viabilidade, era a condição *sine qua non* de realização humana, de realização de cada um dos indivíduos e da coletividade como um todo. A *polis* era um espaço que tinha de ser desenhado de acordo com critérios substantivos, para que cada indivíduo tivesse condições de auto-realização.

Então, não é à toa que nosso amigo Aristóteles não pode descrever a política sem concomitantemente discorrer sobre a ética, porque é a busca da virtude, é o referencial da virtude, do valor, que vai informar (valor esse compreensível, apreensível apenas a partir dessa dimensão substantiva da nossa realidade) o tipo de desenho, tipo de organização da vida humana que viabilize o processo de realização individual e o processo de realização da coletividade. Vejam bem, realização da coletividade não no sentido, não no mesmo sentido de realização

do indivíduo, de auto-realização, mas no sentido de viabilidade social. Nós vamos explorar um pouquinho mais isso daqui a pouco.

Pois bem, esta recuperação, este resgate do legado clássico, justifica-se pela exaustão da fórmula moderna, dos critérios modernos de organização da vida humana associada. Guerreiro sentia que no domínio da práxis, que no quotidiano de cada um de nós presenciava-se o confronto entre as regras, os critérios ordenativos da vida humana (tal como a idade moderna nos legou), e os limites, as contingências, os problemas e os defeitos que esta forma organizacional, que esta proposta de organização da vida humana evidenciava diante da práxis de nosso convívio. (Aliás, Guerreiro dizia sempre que a palavra vem depois do fato.) Quer dizer, diante dessa circunstância prática, era preciso se fazer, se proceder a uma crítica sistemática do discurso moderno de organização da vida humana associada. Era preciso fazer essa crítica. E começava-se na recaptura, na recuperação desta herança clássica. Veja-se bem, por exemplo: em Aristóteles, nós vamos encontrar presente uma preocupação que foi das mais cruciais e que está contida na obra de Guerreiro. Aristóteles, ao definir a *polis*, como exclusão dizia o seguinte: a *polis* não pode ser uma *Koinonia Symachia*. O direito romano traduziu essa expressão grega por *societas*, isto é, aliança entre *oikos nomos*, entre diferentes unidades de produção ou sistemas de produção, por exemplo, economias. A *polis* não pode ser a *oikos* nem pode ser contida pela *nomos*, pelas leis de regulação, de definição da *oikos*. O que era a *oikos*? A unidade familiar voltada para o processo produtivo.

Então Aristóteles, por exclusão, dizia que era o político-cultural que tinha a tarefa precípua de viabilizar os critérios ordenativos maiores da vida humana associada. E isto se fazia pelo exercício sistemático da razão substantiva ou noética.

Mas vejam, era o *logos* a outra dimensão da nossa racionalidade que precisava atender aos imperativos da nossa biologicidade, que precisava atender aos imperativos da subsistência, que precisava atender aos imperativos da gregariedade intrínseca à nossa condição humana. Era o exercício do *logos*, ou da razão funcional ou da *Zweckrationalität*, como dizia Max Weber, que regulava, que regia a coordenação, o desenho organizacional da *oikos*, das dimensões econômico-sociais da vida humana. Nós vamos encontrar esse legado clássico reapropriado, por exemplo, num autor de uma influência notável na obra de Guerreiro Ramos (principalmente nessa sua última fase), em Erik Voegelin. Na sua obra *Ordem e história* vamos encontrar a reapropriação dessas distinções entre a razão substantiva e a razão funcional para que seja possível “pensar” a organização da vida humana associada, em níveis diferentes mas imperativos. Não está contida no pensamento de Guerreiro uma hierarquização: nem o domínio econômico-social prevalece sobre o domínio do político-social, nem vice-versa. O que existe, como colocou muito bem hoje de manhã o Prof. Helio Jaguaribe, é uma interação absoluta entre essas diferentes dimensões da vida humana: a política, a cultural, a social e a econômica.

Então, esta distinção é fundamental porque era preciso que nós, com muito cuidado, nos déssemos conta de que se deixássemos prevalecer a racionalidade intrínseca a uma dessas dimensões e fazer com que esse tipo de racionalidade e os critérios de organização desta dimensão prevalecessem sobre as demais, corríamos o risco da unidimensionalização da vida humana individual e associada. É o conceito que está lá em Marcuse no seu homem unidimensional, é o conceito que está na escola de Frankfurt, é o conceito de Horkheimer na *Eclipse*

da razão, de Habermas, num livro que é uma peça rara e que deve ser lido para que se possa entender melhor este livro aqui, *Teoria e prática, Theory and practice*, na tradução inglesa, é este tipo de resgate que foi fundamental, foi a pedra, a espinha dorsal da proposta de *A nova ciência das organizações*.

Se nos dermos conta, então, que de fato a tarefa de desenho da vida humana associada deve ser compatível com as diferentes dimensões da vida humana associada, isto é, se nós, ao desenhar uma economia, verificarmos que existirá uma racionalidade pertinente ao desenho desta economia, conseqüentemente os critérios de organização desta dimensão da vida humana serão distintos dos critérios de organização de outras dimensões da vida humana.

Sem que nós entendamos essa chave, não é possível entender a proposta de *A nova ciência das organizações*.

Pois bem, vejam os senhores o seguinte: na esteira desta análise crítica e sistemática do pensamento organizacional *lato sensu*, isto é, nas grandes propostas de organização da vida humana associada, é que Guerreiro procede à crítica, por exemplo, de Hobbes. Por que Hobbes? Porque em Hobbes se instaura, se legitima a prevalência do econômico sobre o político. O discurso clássico é invertido ali. É em Hobbes que a racionalidade humana é reduzida ao cálculo, ao mero cálculo das conseqüências: a razão funcional ao *logos*. Por quê? Porque era necessário proteger e tutelar a organização das *oikos* e a interação das *oikos* na Inglaterra de seu tempo e, para tal, o Leviatã surgia como o guarda-chuva institucional a viabilizar nova proposta de organização da vida humana.

E é por isso também que uma redefinição do pensamento de Adam Smith é tão crucial a Guerreiro Ramos, a tal ponto que o seu livro se propõe a ser uma reconceituação de *A riqueza das nações*. Por quê? Porque, vejam bem, na medida em que se instaurava, segundo Guerreiro, no domínio da vida humana associada, a prevalência da dimensão econômica sobre as demais dimensões — dimensão política, cultural e social — nessa medida era preciso entender as circunstâncias históricas que criaram essa situação peculiar. Nas cidades-estado italianas, surgiu uma configuração muito interessante: se até então o econômico podia prevalecer sobre as diferentes dimensões da vida humana associada, no contexto dessa dimensão econômica havia um segmento, um sistema organizacional, um tipo de organização que era o mercado, restringido, limitado ainda. Sistemas de produção os mais diversos, os mais diferentes, proliferavam e o mercado era um dos sistemas de alocação de recursos. Alocavam-se recursos, independentemente dos critérios alocativos inerentes, próprios do sistema de mercado.

Mas é com o episódio histórico, esse que se cristaliza nas cidades-estado da Itália, que vamos defrontar-nos com uma situação muito interessante: lá, os sistemas de produção inexistiam. Era o mercado que provia, não só pelo processo de alocação de recursos, mas como catalisador e mobilizador de recursos. Não é à toa que o pensamento maquiavélico surge aí. Maquiavel podia despreocupar-se com os critérios de organização da *polis*, de organização da *civitas* e podia preocupar-se, isto sim, com as técnicas de preservação do poder, porque já havia um desenho organizacional, já havia uma proposta de organização daquela *polis*, daquele espaço político, contida nos critérios organizacionais do sistema de mercado. Então, era possível, para Maquiavel, se despreocupar. Aquela era uma questão irrelevante. Por isso é que a *virtú* de Maquiavel, que era o paradigma, que era o referente do pensamento clássico, a *virtú* se relativiza, em Maquiavel. Se através da *polis* (está lá quase que literalmente em *O príncipe*,

se bem me lembro), se através da organização do espaço político, nós ensinamos a cada indivíduo o processo de realização, a virtude maior é a preservação da *polis*. Nós temos que preservar a *polis* a qualquer custo e nesse momento acabou-se de relativizar a virtude. A virtude consiste na preservação da *polis*, na sua forma organizacional, tal como é dada. E como é que ela é dada por Maquiavel? Ela é dada a partir dos critérios ordenativos do mercado.

Então, é por isso que é importante que se recupere o legado clássico, assim como para Guerreiro era importante a recuperação e a crítica sistemática de Hobbes, de Adam Smith, de Maquiavel. Era fundamental, porque era preciso que nós nos déssemos conta de que vivíamos um momento semelhante àquele vivido por Maquiavel, àquele que os historiadores modernos chamam de “momento maquiavélico”, no sentido muito técnico da expressão, isto é, uma configuração histórica onde uma forma de organização da vida humana cedia lugar a outra. Outra se tornava imperativa.

Guerreiro pressentia, no momento em que nós vivemos, a falência do episódio histórico da modernidade. O episódio histórico da modernidade que nos legou uma proposta de organização da vida humana individual e associada, calcada na economia, na prevalência da dimensão econômica sobre as demais dimensões da vida humana e, na medida em que o mercado passou, cancerosamente, a se apropriar dessa dimensão econômica como um todo, ele, mercado, passou a ser a dimensão econômica como um todo, marginalizando sistemas de produção e sistemas alocativos que antes existiam e tinham sua razão de ser, tornando-se o sistema organizacional e alocativo por excelência. Nessa medida nós, os modernos, tínhamos instaurado uma forma de associação completamente *sui generis*, peculiar, porque predicada na unidimensionalização da nossa condição humana. Nós nos víamos como seres voltados à manutenção, à subsistência, a um fisiologismo básico, mecanicista, reativo, ao qual determinadas receitas *cientificamente* legítimas poderiam oferecer o caminho da salvação, o caminho da realização. Realização essa que deixava de ser uma tarefa individual, alcançada por um balanço, um equilíbrio entre o exercício da razão substantiva ou noética e o exercício da razão funcional, e se tornava um processo coletivo. O processo de realização deixava de ser um processo individual; passava a ser um processo letivo.

Ao final da história, num determinado momento climático da história, lá no fim da história, na sociedade afluyente de Adam Smith ou na sociedade comunista de Karl Marx, nós teríamos a realização da espécie humana, da condição humana acabada.

Ora, na medida em que Guerreiro se propunha a resgatar a dimensão substantiva ou noética da nossa condição humana, esse tipo de visualização histórica não é permissível, não pode ser contido em seu discurso, não pode ser aceito. Por quê? Porque a dimensão noética é que nos vai permitir a emulação da ordem cósmica, vai nos permitir a emulação dessa ordem ulterior e criar condições para que, no processo histórico, nós, humanos, criemos — e, ao mesmo tempo, destruamos também — ordens, organizações da vida humana que vão sempre objetivar a percepção do justo ou da virtude. Por isso que era muito cara ao Guerreiro a idéia de que sua proposta, a proposta de ação política, era uma proposta bem na esteira do legado clássico: uma proposta muito mais pedagógica do que técnica.

Os gregos é que faziam essa distinção de uma forma muito clara: a busca, o desenho da *polis*, os critérios de organização da vida humana eram critérios ins-

titucionais, de formação do caráter. Distingua-se, esse processo, que era pedagógico, de um processo meramente técnico. Não era uma receita acabada e correta que caracterizava a concepção desse espaço organizacional, para a vida humana individual e associada; era um outro tipo de preocupação. Por isto *episteme* e *fronesis* são duas distinções que o legado clássico nos deixou e são importantes para que nós leiamos as preocupações que o Guerreiro tinha com viabilidade social, por exemplo. Viabilidade social, *fronesis*, prudência. Nós estávamos e ele estava preocupado, ele estava lidando com os limites de uma configuração do universo prático. Era preciso que nós repensássemos os critérios de ordenação desse universo. Para tal, era essencial, era crucial o resgate, uma redefinição, uma reapropriação de toda a tendência teórica de se *pensar* a vida humana e a condição humana como um todo e não só *economicisticamente*.

Pois bem, então temos que entender, não podemos deixar de utilizar essa chave interpretativa, se quisermos acompanhar a teoria da delimitação dos sistemas sociais. Temos de entender que a distinção entre os diferentes tipos de racionalidade é uma distinção que se radica na necessidade de nós nos reapropriarmos de outros critérios de ordenação da vida humana, que não os critérios que a modernidade nos legou. É importante que nós tenhamos presente que a prevalência do sistema de mercado, da dimensão econômica, sobre as demais dimensões da vida humana associada é indevida; ela rompe com o equilíbrio necessário à organização dessas diferentes dimensões.

Está a realidade, está a práxis, está o nosso cotidiano a evidenciar que o mercado, o sistema de mercado, as sociedades industriais centradas no mercado, atingiram uma situação limite e nós precisamos repensar os critérios organizacionais para o futuro da vida humana que está aí, por vir, e que já está começando a acontecer.

Pois bem, eu queria deixar estas pequenas cápsulas de reflexão para movimentar ou dar ensejo à continuidade do debate. Só encerraria com uma pequena nota que talvez, de alguma forma, também possa esclarecer muito do personagem e da obra: eu estava com Guerreiro, algumas semanas antes da sua morte. E estávamos discutindo o legado cristão contido na sua obra.

Guerreiro me dizia o seguinte: “Mas como é que você percebe essas coisas? Como é que você percebe o que existe aí?” E eu estava explicando, raciocinando na mesma linha, estabelecendo a mesma linha de raciocínio que tentei estabelecer agora nessa meia hora que começa a esgotar-se.

Eu estava dizendo que, na verdade, quem parte do pressuposto de que há um outro tipo, uma outra dimensão da natureza humana que precisa ser atualizada — não através de uma dessecação essencialmente materialista, mecanicista, das contingências da nossa vida, da nossa inserção no universo físico — e parte do pressuposto de que existe uma ordem ulterior que nós precisamos emular — seja lá como você chame a essa ordem, quer você a chame ou a rotule de mundo das idéias platônicas, ou como você queira — recapturar, também, a grande questão epistemológica de Aristóteles, a dissociação entre o universal e o necessário, o contingente e o particular, o a-espacial e o atemporal, o temporal e o particular, está diante de um tipo de cosmogonia contido de alguma forma na tradição judaico-cristã. Ao mesmo tempo que você postula o processo de auto-realização, como não exercido no final da história, mas como algo que transcende a história, você está fundamentalmente, diante de uma escatologia cristã.

E, dizia eu a ele que há um conceito (que eu fui recuperar lá em Heidegger em *Dar Sein und Zeit*), que é o conceito de verdade (o conceito de verdade que foi o referente sempre presente na vida de Guerreiro Ramos), presente na sua obra e na sua busca, a busca do filósofo platônico nele contido: a busca da verdade. E a verdade é, como diz Heidegger, revelação. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Com a palavra o Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor.

*Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor** — Apesar da grande popularidade e prestígio de que continuam a gozar, é fora de dúvida que as teorias de desenvolvimento têm-se mostrado cronicamente inadequadas ou insuficientes, tanto em termos explicativos e descritivos, como em termos das prescrições que oferecem.

Críticas como esta não são novas e se dirigem a múltiplos aspectos de tais teorias. Neste artigo, tenta-se uma sistematização e ordenação conceitual de alguns dos reparos que parecem mais pertinentes. E, a partir dessa análise crítica, propõe-se à discussão que as idéias de delimitação de sistemas sociais e o paradigma paraeconômico propostos por Guerreiro Ramos sejam utilizados como bases conceituais para teorias de desenvolvimento.¹

Limitações e falácias das teorias correntes

Um ponto capital sintetiza a desconfiança e o ceticismo que as teorias correntemente mais influentes despertam em um número sempre crescente de estudiosos da dinâmica do desenvolvimento: como regra, elas não seriam mais do que meras ideologias de desenvolvimento, com pequeno ou nenhum valor científico.

Esta afirmação, é, certamente, defensável, em função de algumas características que podem ser encontradas quase que universalmente nas teorias disponíveis, características estas despidas de validade científica. Na realidade — assim dizem os críticos — o que é apresentado como leis históricas são, apenas, episódios; o que, freqüentemente, é caracterizado como desenvolvimento seria propriamente descrito como modernização ocidentalizada; onde os teóricos encontram sociedades duais, nas quais coexistem sistemas tradicionais e modernos, haveria, apenas, um sistema social com interações completas; e aquilo que é apresentado como *o país* ou *a região*, nada mais seria do que o setor formal da economia desses últimos.

Pode-se dizer que as críticas mais pertinentes à qualidade conceitual das teorias de desenvolvimento dizem respeito essencialmente a: a) o serialismo que lhes é implícito; b) o etnocentrismo de que estão fortemente impregnadas e que leva à confusão entre episódios históricos e específicos e processos universais de desenvolvimento; c) a visão preconceituosa que freqüentemente apresentam em relação aos segmentos tradicionais das sociedades duais; d) e, finalmente, sua negligência em relação aos aspectos não-econômicos formais dos sistemas sociais.

* Ph.D em administração pública pela University of Southern California e professor titular na Universidade Federal do Paraná. (Endereço do autor: Rua Visconde Guarapuava, 1.493 — 80000 — Curitiba, PR.)

¹ Tais idéias foram apresentadas em diversos textos e oportunidades. O livro *A nova ciência das organizações* (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981) sintetiza convenientemente o assunto.

Uma das críticas mais sérias dirigidas contra as teorias de desenvolvimento dominantes decorre de que estas, como regra, partem de uma visão serialista que pressupõe que toda e qualquer sociedade é necessariamente impelida a uma sucessão de estágios e situações inalteráveis, por força de determinadas leis históricas.

As teorias de que falamos são generosas nesse tipo de presunção, bastando lembrar os estágios vislumbrados por List, em que as sociedades passariam, passo a passo, da selvageria até o estágio agrícola-manufatureiro-comercial ou, modernamente, os estágios preconizados por Rostow, em que as sociedades partiriam de uma configuração “tradicional”, para atingir o ápice do desenvolvimento no estágio do “consumo massificado”.² Mesmo as teorias mais modernas, baseadas no conceito de dependência, não escapam a uma visão serialista do destino das nações, como se demonstra na proposição de tipos seqüenciais de dependência sofridos pelos países atrasados.

É evidente, e não se nega aqui, que em um sem número de situações históricas concretas, os fatos confirmaram as seqüências propostas. Porém, esta visão serialista traz em si um componente determinista que é altamente questionável e que foi alvo da crítica de Guerreiro Ramos e de Bertrand de Jouvenel, por exemplo. Para o primeiro, a maioria das teorias de desenvolvimento presume, erroneamente, que existe uma lei de necessidade histórica que impele cada sociedade a tentar replicar os estágios anteriormente experimentados pelos países que são, atualmente, considerados desenvolvidos, os quais são vistos como exemplos a serem seguidos pelas nações atrasadas. A isto, Guerreiro Ramos denominou de *Teoria N*, à qual ele contrapõe uma postura diametralmente oposta, a *Teoria P*, que parte de dois pressupostos: o de que a modernidade não está localizada em nenhum local específico do mundo; e o de que toda e qualquer nação, independentemente de sua configuração contemporânea tem, em si própria, capacidade plena para desenvolver-se, respeitando suas características, caso em que a superposição de modelos externos pode ser, simplesmente, disfuncional.³

Essa visão crítica de Guerreiro Ramos é corroborada por Bertrand de Jouvenel que, utilizando-se de uma metáfora eloqüente, declara sua recusa em aceitar “a disseminada noção de que um país em desenvolvimento é como um trem que corre nos mesmos trilhos de uma nação industrializada, apenas que algumas poucas ou muitas estações (isto é, fases de desenvolvimento) atrás.”

Na realidade, para de Jouvenel, os processos experimentados pelos países subdesenvolvidos têm pouco ou nada em comum com os que foram experimentados pelas nações que são, agora, industrializadas e modernas. “Não é verdade”, de acordo com de Jouvenel, “que aquilo que é passado para os

² Rostow, Walt W. *The stages of economic growth*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press, 1960. p. 4.

³ Guerreiro Ramos, Alberto. *Modernization: towards a possibility model*. In: Beling, Wilard & Totten George, ed. *Developing nations: quest for a model*. New York, van Nostrand Reinhold, 1970. p. 51.

passageiros do trem desenvolvido é, necessariamente, futuro para os passageiros do trem atrasado.”⁴

Apesar desse tipo de crítica, o serialismo é um traço freqüente nas teorias de desenvolvimento de maior popularidade e prestígio e reflete outra característica comum: a identificação entre desenvolvimento e modernização.

As razões para tal identidade são fáceis de entender, a começar pela enorme influência que é exercida pelo conceito de modernização na sociologia moderna. Tipps sugere, ainda, uma razão de ordem epistemológica e metodológica para tal identidade. Para ele, os estudiosos se sentem à vontade em aplicar um quadro referencial teórico com o qual estão amplamente familiarizados (ou podem facilmente familiarizar-se) na análise de sociedades que não conhecem em profundidade.⁵

De qualquer forma, a apresentação de padrões de modernidade como símbolo conspícuo de desenvolvimento é bastante comum e leva à segunda crítica de que são alvo as teorias de desenvolvimento: a que se refere ao caráter etnocêntrico de que estão fortemente impregnadas. Essa característica, que é intimamente associada ao serialismo, é tratada aqui separadamente para melhor entendimento do argumento.

Etnocentrismo

Muito freqüentemente teorias de desenvolvimento são generalizações de episódios históricos experimentados por algum país que se desenvolveu. É lógico que estão embasadas em determinados postulados filosóficos, mas também estas são profundamente afetadas pela percepção positiva que os teóricos desenvolvem a respeito deste ou daquele episódio, ocorrido neste ou naquele país.

Esta crítica se aplica, com segurança, a um amplo espectro de teorias. Os estágios preconizados por Rostow são inspirados pela experiência americana e europeia ocidental do século XIX e início do século XX. A Teoria do Grande Impulso (*Big Push*), de Rosenstein-Rodan, foi formulada com a Europa Ocidental em mente; e os modelos macroeconômicos, que gozam de grande prestígio entre os economistas, são aplicados às situações de subdesenvolvimento na suposição de que as variáveis macroeconômicas se comportam da mesma forma em todo e qualquer país.

As teorias baseadas no conceito da dependência não escapam ao mesmo tipo de crítica pois têm, entre seus ancestrais, os trabalhos de Marx, Engels, Lenin e outros teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo. Tais teorias incorporam, extensivamente, a análise clássica marxista do processo histórico e do imperialismo. De acordo com Palma, “dentro da tradição marxista, é no trabalho de Lenin que se encontra a primeira tentativa sistemática de estabelecer uma análise concreta do desenvolvimento do capitalismo em uma nação atrasada”, o que é feito na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, na qual Lenin leva a cabo um “estudo detalhado e profundo das formas pelas quais

⁴ Van Dam, Andre. The multinational corporation vis-à-vis societies in transformation: the case for intermediate technology in developing countries. *Technological Forecasting and Social Change*, 5:284, 1973. Van Dam está citando Bertrand de Jouvenel. *L'art de la Conjecture*. Mônaco, Editions du Rocher, 1964. p. 87.

⁵ Tipps, Dean C. Modernization theory and the comparative study of societies: A critical perspective. *Comparative Studies in Society and History*, 15:199-226, 1973.

o capitalismo em desenvolvimento na Rússia estava articulado tanto com a economia da Europa Ocidental como outras modalidades de produção na própria Rússia".⁶

Em síntese, a maioria das teorias de desenvolvimento é baseada em condições históricas que estavam presentes em certos períodos e em certas regiões do mundo, as quais não estão necessariamente presentes em outros lugares e em outras épocas. Conseqüentemente, a universalização de tais teorias é altamente discutível.

O etnocentrismo leva a uma terceira característica: a de tratar, preconceitualmente, o dualismo, que pode ser observado nas sociedades em desenvolvimento, nas quais um enclave moderno coexiste com um segmento tradicional. Esse dualismo é considerado indesejável e, conseqüentemente, os teóricos esperam que, como resultado do processo de desenvolvimento, o mesmo seja reduzido e, por fim, eliminado.

O preconceito contra o dualismo

É comum a citação dos segmentos que compõem uma sociedade subdesenvolvida como *moderno e avançado* ao lado do *tradicional e atrasado*. Preocupados com a disfuncionalidade que percebem nessa situação dual, os teóricos buscam estabelecer mecanismos e meios para facilitar a *difusão* da dinâmica própria do segmento *moderno e avançado* no seio do setor *tradicional e atrasado*, de maneira a acelerar o processo de desenvolvimento deste último.

A estratégia de redução das disparidades que formam o dualismo econômico e social tem importantes advogados, como Rostow e Hirschman. O conceito formulado por este último, de fomento e criação de elos entre setores líderes e setores retardatários das economias em desenvolvimento se transformou em uma das *bêtes noires* das políticas desenvolvimentistas na América Latina. A mesma preocupação com a integração dos setores mais tradicionais a padrões mais modernos de funcionamento do sistema econômico informou o trabalho da Cepal que, sob a liderança de Raul Prebisch, produziu algumas das contribuições mais seminais à discussão da dinâmica do subdesenvolvimento nos anos 50 e 60.

O mesmo conceito de dualismo tem sido empregado para descrever um fenômeno internacional, representado pelas diferenças entre países modernos e avançados e nações tradicionais e atrasadas, de forma análoga à que é utilizada para descrever diferenças intranacionais de graus de modernidade. Partindo do pressuposto de que tal dualidade é indesejável, grande parte das teorias de desenvolvimento afirma, explícita ou implicitamente, que o chamado processo de desenvolvimento requer a redução e eliminação das diferenças entre dois pólos, promovendo a difusão e a convergência e chegando, finalmente, à eliminação do segmento tradicional através de sua incorporação econômica, social e cultural à parte moderna da sociedade.

Deve ser lembrado que esta visão do dualismo não é unânime, provocando, ao contrário, críticas de vozes influentes. Para Andres Gunder Frank, o argumento dualista é de extrema fragilidade, tanto em termos teóricos como em

⁶ Palma, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment. *World Development*, 6:20-73, 1978.

termos empíricos. Empiricamente, Frank demonstrou que o relacionamento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos “não afetou, apenas, o enclave exportador”, enquanto que, teoricamente, afirma que ambos os setores são movidos pela mesma dinâmica e não pelas forças separadas e autônomas presumidas pelos teóricos do dualismo.⁷

Já Guerreiro Ramos não rejeita a existência do dualismo, porém nada vê de disfuncional na sua permanência. Em primeiro lugar, entende ele que a dicotomia tradicional-moderno, “a coexistência, numa nação, de ambientes rurais auto-suficientes e de sistemas orientados para o lucro... constitui uma forma peculiar de dualidade econômica, que é um traço normal de todas as nações contemporâneas”. Além disso, essa coexistência não é necessariamente antagônica, podendo, ao contrário, ser complementar, aspecto que assume particular relevância quando são levadas em conta as crescentes dificuldades dos segmentos modernos em gerar oportunidades de trabalho ou de prestar, competitivamente, certos serviços à população. Assim, do ponto de vista das políticas delimitativas e paraeconômicas propostas por Guerreiro Ramos, “a existência de economia dual em um país pode, afinal, ser antes uma vantagem, em lugar de um inconveniente. Isso não quer dizer que não se devam fazer esforços para desenvolver o mercado em um determinado país. Mas o paradigma paraeconômico pressupõe que o desenvolvimento do mercado deva ser politicamente regulado, de modo que não venha solapar as bases dos enclaves isonômicos e fenomônicos. Mais ainda, reconhece ele que a melhora das condições econômicas gerais de uma nação é compatível com aquilo que é considerado economia dual isto é, a coexistência de sistemas de orientação mutuária (...) e de sistemas orientados para o lucro.”⁸

Atenção exclusiva à economia formal

Por último, mas não menos importante, uma das limitações mais sérias das teorias de desenvolvimento correntes se refere à centralidade e à posição dominante que conferem, em suas preocupações, ao setor econômico formal das sociedades em desenvolvimento, cujo comportamento é visto como o foco de interesse, enquanto que outros segmentos produtivos do sistema social são negligenciados.

Para muitas formulações teóricas desenvolvimentistas o cerne da estratégia consiste em facilitar o pleno funcionamento do mercado e do setor econômico formal. Através de habilidosa manipulação de mecanismos como os preços, crédito, taxas de câmbio e impostos, a economia é levada a se comportar de uma maneira desejável, resultando no aumento do número de empregos, aceleração da acumulação de capital, desenvolvimento de um mercado de poupanças e fomento das mudanças tecnológicas, etc. Como resultado de tais mudanças, as sociedades supostamente tornam-se mais ricas, mais modernas e mais habilitadas a satisfazer os desejos e as necessidades dos indivíduos que as compõem.

⁷ Frank, Andres Gunder. *Sociology of development and underdevelopment of sociology. Catalyst*, 3:20-73, 1967.

⁸ Guerreiro Ramos, Alberto. *A nova ciência das organizações*. op. cit. p. 188.

⁹ Rostow, Walt W. op. cit. p. 19-20.

Por causa dessa ênfase no funcionamento dos mecanismos econômicos, a diferença entre a miséria e o bem-estar, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento é atribuída, exclusivamente, ao comportamento de algumas variáveis. Rostow, por exemplo, é taxativo:

“O economista moderno — ou talvez se devesse dizer, (...) o economista moderno de 10 anos atrás — poderia sentir-se inclinado a dizer ao historiador algo como:

— esta complicação a respeito das sociedades globais está muito bem e não há dúvida que tem algum interesse para você e seus pares; mas não tome isto muito a sério. Você está falando é de um aumento na taxa de investimento e no estoque *per capita* de capital. Consiga que a taxa de investimento suba até o ponto em que o aumento do produto sobrepuje o aumento populacional (...) e o trabalho está feito!

A diferença entre uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna é meramente uma questão de se a sua taxa de investimento é baixa, relativamente ao incremento populacional — digamos, abaixo de 5% da renda nacional; ou se ela subiu para 10% ou mais”⁹ (ênfase no original).

Mesmo quando as teorias vão mais longe do que esse economicismo simplista, a dominância do *ethos* do mercado nas formulações desenvolvimentistas é bastante sensível. Najjar, analisando o modelo de economia política de Ilchman e Uphoff, chamou a atenção para tal aspecto. Segundo ele, quando Ilchman e Uphoff se utilizam da lógica do mercado para entender as questões de poder e de *status*, e de seu *ethos* para decidir a respeito de tais assuntos, estes estão sucumbindo a um quadro de referência conceitual que só pode ser utilizado apropriadamente em *algumas* das ações humanas, aquelas de natureza econômica, enquanto que o mesmo referencial é absolutamente inadequado para julgar a conduta humana nos domínios político, social e institucional da vida dos indivíduos.¹⁰

Outro exemplo da dominância do mercado e dos mecanismos econômicos nas formulações desenvolvimentistas pode ser encontrado em um dos teóricos mais inovativos, Herman Daly. Preocupado com a questão da escassez absoluta e a exaustão dos recursos naturais, Daly propôs um grupo de instituições para reduzir as pressões sobre a biosfera.¹¹ Algumas dessas instituições, contudo, apesar de sua natureza social, são essencialmente baseadas no funcionamento de leis de mercado. É o caso, por exemplo, de sua proposta no sentido de serem instituídas licenças comercializáveis para ter filhos. De acordo com a proposição de Daly, cada família teria direito a um certo número de licenças, as quais poderiam ser utilizadas para ter filhos ou caso não fossem usadas, poderiam ser comercializadas. Dessa forma, a *oferta* global de crianças seria colocada sob controle, enquanto que a demanda global de recursos naturais seria, desse modo, disciplinada.

A par dos imensos problemas de ordem moral e prática associados ao cumprimento desse tipo de regulação e à sanção dos desobedientes, esse plano é uma clara demonstração de influência da ética do mercado como guia das de-

¹⁰ Najjar, George. Social systems delimitation and allocative mechanisms: perspectives on budgeting for development. *Administration and Society*, 9:495-517, 1978.

¹¹ Daly, Herman. *Steady-State Economics*. San Francisco, Freeman, 1977.

cisões humanas em terrenos não-econômicos. Uma vez que os preços das licenças variariam de acordo com a oferta e a demanda, a conclusão inevitável é a de que as famílias passariam a ter um *valor de mercado* baseado, quem sabe, no número de mulheres férteis...

Em síntese, o argumento a ser enfatizado aqui é o de que, como regra geral, as teorias de desenvolvimento, como são atualmente concebidas, não se mostram convenientemente equipadas, em termos conceituais, para tratar do problema de sistemas sociais como um todo. Antes, elas são basicamente capazes de tratar do setor econômico das sociedades em que são aplicadas, negligenciando virtualmente todos os outros aspectos de uma realidade complexa e multidimensional.

O paradigma paraeconômico

Não cabe aqui uma apresentação detalhada do conceito de delimitação de sistemas sociais e do paradigma paraeconômico, pois tal apresentação já foi levada a cabo pelo próprio autor e por estudiosos de seu trabalho em diversas oportunidades. Cabe, unicamente, analisar o tratamento dispensado por essa concepção teórica aos processos alocativos macrossociais que são executados nos países em desenvolvimento para vencer a pobreza e atingir mais altos patamares de bem-estar.

A rigor, tal tratamento já foi analisado ao longo do texto precedente e, portanto, será feita apenas uma síntese conclusiva das concepções delimitativas.

Guerreiro Ramos, como vimos, refutava integralmente a visão diacrônica dos processos de desenvolvimento e recusava o caráter de exemplaridade aos episódios históricos modernos que inspiraram algumas das formulações teóricas mais prestigiosas de nossa época. Os elementos necessários ao desenvolvimento dos sistemas sociais estariam presentes, caracteristicamente, neles próprios, independentemente da configuração atual do país. Nesse sentido, o serialismo que permeia a maioria das concepções desenvolvimentistas e a visão do processo histórico como que compelido através de trilhos predeterminados eram, para ele, inaceitáveis.

A simples observação da realidade concreta mostra que Guerreiro Ramos tinha razão, na medida em que, cada vez mais, fica evidenciada a incapacidade dos países em desenvolvimento replicarem ou reviverem os processos históricos experimentados pelo países que se desenvolveram. A exaustão dos recursos finitos, a falência dos modelos de complementaridade internacional e a emergência do fenômeno das empresas transnacionais modernas são, apenas, algumas das razões para tal impossibilidade. Segue-se, logicamente, que qualquer teoria que seja assentada no pressuposto de que a repetição é possível, está, de antemão, condenada ao fracasso.

Por sua parte, os próprios países desenvolvidos se encarregaram, com seus problemas, de *desglamourizar* os seus respectivos processos de crescimento econômico e diversificação do aparelho produtivo, diminuindo, assim, a pressão cultural etnocêntrica. Numa era de limites, as formas convencionais de desenvolvimento econômico experimentadas, por exemplo, pelos EUA, são inaceitáveis e inviáveis. Os problemas ecológicos, a sistemática predação de

recursos valiosos e finitos e o agravamento das tensões sociais assumem, hoje, em alguns antigos exemplos de desenvolvimento, proporções catastróficas. Em contrapartida, a virtual falência dos modelos político-burocráticos de desenvolvimento em muitos países socialistas não sugere o caminho a ser seguido em aspectos cruciais do desenvolvimento. Nesse contexto desfavorável é que a visão dos sistemas sociais se desenvolvendo a partir de suas potencialidades, características e configurações sócio-culturais próprias, como preconizava Guerreiro Ramos, adquire significado pleno.

Da mesma forma, a aceção ampla que é dada por ele aos sistemas e processos produtivos de uma sociedade abre novas perspectivas teóricas para o desenvolvimento. A partir do momento em que deixa de ser um objetivo primordial a liquidação dos enclaves não-modernos dos sistemas sociais e a partir do reconhecimento de que o sistema produtivo convencional, de caráter maximizante do lucro, pode conviver com sistemas produtivos heterodoxos, de caráter mutuário, complementando-se reciprocamente, um caminho absolutamente novo começa a ser desbravado. E não sem tempo, pois as dificuldades dos setores econômicos formais em proverem oportunidade de emprego e acesso social a contingentes crescentes de população são notórias, enquanto que a mobilização correta dos recursos produtivos e criativos potencialmente presentes nos sistemas sociais (e mantidos inertes pela dominância do mercado) poderá levar à multiplicidade organizacional que, em última análise, é definidora da qualidade destes.

Conclusão

Guerreiro Ramos morreu antes que pudesse explicitar, em conveniente detalhe, a aplicação de seu paradigma paraeconômico e de suas concepções delimitativas ao caso dos processos de desenvolvimento. No entanto, encontram-se em sua obra as bases conceituais necessárias para fazê-lo.

Na medida em que é inevitável que, ao intentar essa tarefa, provocar-se-á a erosão de muitas concepções prestigiosas mas nem por isto menos errôneas, uma homenagem terá sido prestada ao seu espírito rigoroso e iconoclasta, não importando a modéstia dos resultados da empreitada. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Com a palavra, agora, o segundo debatedor, que é o Prof. João Eurico Matta.

Prof. João Eurico Matta — Senhor presidente, senhores companheiros de trabalho, Eliana, minhas senhoras e senhores.

Para homenagear postumamente Alberto Guerreiro Ramos, vocês se espantariam ao saber que — apesar de total inviabilidade desse projeto que imaginei, pela limitação de tempo e propósito desta sessão, parti da idéia corporificada de carregar até aqui, nesta volumosa pasta, uma pequena, mas muito significativa, parcela da *enormidade de obra* que ele deixou — para usar a expressão, de hoje de manhã, do Prof. Helio Jaguaribe. Mas fiquem tranqüi-

los, porque minha intenção vai limitar-se a ter feito um exercício físico e, ao fim, ler parcelas da poesia do jovem Guerreiro Ramos de 1937.

Digo-lhes qual foi o projeto: *montei* um sistema de contagem regressiva, a começar do artiguete que Guerreiro deixou publicado no recente número 2, de abril-junho, 1982, da nossa querida *Revista de Administração Pública*, sobre seu *débito* com Lord Maynard Keynes, com especial referência ao *A nova ciência das organizações*, de 1981. Em seguida, com essa câmara em *travelling* e *flash back*, cometendo alguns saltos cronológicos para trás, passaríamos pelos escritos de sua fase nos EUA. Pela fase isebiana. Pela tese de concurso no Dasp, aquele “ensaio de sociologia do conhecimento”, de 1950, sobre o *Histórico da organização racional do trabalho*. Alusões rápidas aos escritos dos anos 40. E afinal chegaríamos ao livrinho de poemas de 1937, do menino ligado à ação integralista, na época, e que freqüentou a casa de meu pai, o falecido economista e criminalista baiano Edgard Matta — alguém, na época, representativo do antiintegralismo na Bahia. Dois contemporâneos de Guerreiro, desse tempo, podem depor sobre isso: Rafael Felloni de Mattos, advogado de empresas no Pólo Petroquímico de Camaçari, e o acadêmico de letras Oldegar Franco Vieira, também colega universitário de Guerreiro, no Rio, na graduação em ciências sociais. Entrevistei ambos, em Salvador.

Toda essa viagem regressiva estaria voltada para o presente e o futuro. Seria um sonho de demonstração — inviável agora, mas possível um dia. Para quê? Se possível hoje, seria para mostrar a vocês e a Eliana, herdeira ilustre ali sentada, e a minha mulher, também ali (e que só o conheceu de ouvir-me falar) — para mostrar, com citações do próprio Guerreiro Ramos, que através desses 45 anos é lá, nos poemas do menino de 22 anos, que estão as origens dessa coisa tão inacreditável, mas real. Digo isso, Eliana, com tremenda admiração e afetuosa saudade: essa coisa tão admirável que é um mulato, ou um negro de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, terminar seus dias como *pull professor* da Universidade do Sul da Califórnia, “troiano” — portanto — como nós chamamos, simbolicamente, os que ali tivemos uma segunda *alma mater*. E depois de pontificar, como *scholar*, em brilhantes conferências, em Yale como em Paris, na China como na URSS, essas últimas nos anos 60 e 50. E deixando publicado, *pensado em inglês* e *escrito nos EUA*, traduzido no Brasil por Mary Cardoso, um produto ao mesmo tempo inacabado e final, mas livro de grande inteligência, posso afirmar — como o disse ontem, aqui, e já o dizia ainda em vida do elogiado — livro tão genial como o é *A nova ciência das organizações*.

Essa genialidade está inclusive, penso, no que chamo de *reticências que ficaram*, tudo aquilo que ele deixou, no livro, por continuar, por fazer-se depois, por ele próprio ou por seus discípulos. E deixou para que se pudesse dele discordar, como eu próprio, na minha insignificância e na minha honestidade, o faço, com relação a alguns pontos ou tópicos que me perturbam, nesse livro admirável. Só dois exemplos. Não aceito sua crítica apressada ao conceito analógico de *saúde organizacional*: penso que a biologia e a medicina oferecem notável contribuição à teoria das organizações, nos últimos 40 anos. Não foi uma aproximação estéril, ou infecunda — como quis Guerreiro. E também não há espaço ou tempo, aqui, para demonstrar que sua obra não faz justiça, nem é exata com relação ao trabalho do famoso autor Chris Argyris, embora seja correta no reconhecimento ao livro de Donald Schön, *Beyond the stable*

state. Este pesquisador (da USC) associou-se a Chris Argyris, nos anos 70, e juntos produziram importantíssima contribuição científica à *teoria e prática da intervenção* e à teoria e prática da *aprendizagem organizacional*. Salvo se há textos de Guerreiro que eu não tenha lido, como ocorre com alguns de seus recentes artigos, publicados em 1981 no *Jornal do Brasil*, ele parece desconhecer, ou esquecer, essa contribuição marcante de um *organicista* como Argyris. Não obstante, admira um filósofo *organicista*, como Whitehead.

Eis aí agendas a serem preenchidas no futuro, e que ele deixou, não sei se de propósito, se por acaso, ou por necessidade — só Deus sabe. Até o último instante de sua obra, portanto, ele foi dialético.

Esse espírito dialético é um de seus traços característicos, de biografia e de produção intelectual. E na minha percepção aparece documentado tão logo no título da coletânea de poemas de 1937, *O drama de ser dois*, tanto quanto no *paradigma paraeconômico* apresentado em 81 no capítulo 7 da *Nova ciência*, como esquema da *teoria da delimitação dos sistemas sociais*. Aí convivem, pluricentricamente e em coordenadas cartesianas, os opostos da *orientação comunitária* e da *orientação individual* (o mesmo problema de Rousseau e de todas as filosofias sociais), da *prescrição* e da *ausência de normas*, dos fatos da *isonomia* e dos fatos da *fenomenia*.

Ele mesmo afirmou, um dia, que não acreditava em teorias da mudança, mas sim em teoria do *mudar*. Por tais caminhos se deixou fascinar pela palavra e pelo conceito de *endurance* — que tanto torturou a querida e sensível tradutora Mary Cardoso. Não se sabe como traduzir, tranqüilamente, para o português ou o brasileiro, a linguagem dessa estranhíssima e inesquecível figura que foi Alfred North Whitehead — incrível misto de sacerdote, matemático, filósofo e educador. Por *endurance* ele terá querido dizer *resistência* ou *perduração*? Pois há um artigo de Guerreiro sobre *Endurance and fluidity*. Uma coisa é certa: acima da sutileza dialética dos conceitos, ele deixou, em Eliana e Alberto, o outro filho, e nos seis netos, *endurância*, *resistência* e *fluidez*. Não é *discurso de bacharel baiano*. É o que sinto, comovido, homenageando seus familiares, e a esposa admirável, ausente hoje, Dona Clélia, que conheci em 1957.

A profundidade de sua obra e de suas reflexões críticas sobre os fatos sociais contemporâneos não nos deve afastar do exemplo de seu humor, que testemunhei várias vezes, de 1957 a 1963, quando então perdi de vista a pessoa de Alberto Guerreiro Ramos. Sei que ele próprio fazia humor com a teatralidade de seu discurso de persuasão. “Todo intelectual tem algo de *coqueterie*”, disse ele, em 1957, sem distanciar-se do que deixaria escrito, nos anos 60: o lema do administrador, por ele esposado, era o dito de Napoleão, *on s’engage, puis on voit*.

Acabamos de ouvir a brilhante exposição do Dr. Ubiratan Simões Rezende, seguida de preciosa contribuição do igualmente ex-aluno de candidato a suplente de senador, pelo PMDB, no Paraná.

No primeiro, uma pessoa com o nome brasílico Ubiratan, e tão fluente no manejo de termos eruditos, gregos, germânicos e franceses! Fez uma bela retomada do resgate da filosofia grega e do repensar de pensadores alemães, desde Kant, e franceses, ingleses e norte-americanos, e da revisão crítica de Adam Smith — todo esse mundo de idéias abarcado por Guerreiro Ramos. Encantaram-me as *cápsulas de reflexão* que nos ofereceu o jovem pensador Ubiratan

Rezende, não esquecendo, no fim, de *alética* — a verdade como *revelação*, desde o mundo platônico até o *legado cristão*, que Guerreiro redescobria, nas conversas recentes com o próprio Ubiratan.

Com Belmiro Castor, encontramos o diagnóstico (“não de *smoking*, mas de *vestes convencionais*”, disse ele) de um grande e inequívoco mérito da obra de Guerreiro Ramos, em seu itinerário de 45 anos: a função integradora de uma crítica sociológica crescentemente consistente.

Todas essas reflexões me fazem lembrar Karl Jaspers nos anos 50, especialmente o seu livro *Vernunft und Wiedervernunft in unserer Zeit*, cuja versão francesa mostra o sabor desafiante das palavras: *Raison et déraison de notre époque*.

E por isso peço que me perdoem o impulso, agora, de ler alguns excertos dos poemas publicados em 1937, intuição, extra-razão de *O drama de ser dois*. A linguagem poética tem mais força de síntese, para expressar a alegria e a dor, os momentos de pequenez e a grandeza de uma vida humana rica de talento e de vocação para servir — como a de Guerreiro Ramos. Aos 22 anos ele dedicava seus poemas a Nikolai Berdyaev, por onde diz ter chegado “ao Cristo e a todos os homens que se procuram”. E escolhia como mote, ou epígrafe — seu gosto habitual — uma exclamação dialética de Georges Bernanos: “O ridículo está sempre tão perto do sublime!”

Ouçamos trechos de sua sensibilidade profética, traço natural dos poetas, em 1937:

“O meu canto é o canto da rebeldia
É o canto da afirmação
É o canto da simplicidade e da humildade (...)
(...)”

A minha linguagem! Vocês
não entendem minha linguagem,
meus amigos. (...)

(...)

“Deus me tornou bárbaro.

Deus me tornou insubmisso.

E protesto contra os homens que estão mergulhados
no esquecimento.

Que estão tiranizados pelo hábito e pela rotina.

Que estão tiranizados pela ordem, pela opinião,
pela civilização. (...)

Pode sentir-se nos seus versos sua resistência à *unidimensionalização* do homem pela economia de mercado, à *isonomia*, contraposta a sua vocação pela *fenonomia* — essa *linguagem* por ele adotada em 1981.

No poema *Lamentações*, lê-se:

“Sou um estrangeiro entre
meus amigos e
inimigos.

Não tenho a coragem do abandono (...)”

E sinte-se um pouco da dialética de seu O canto da alegria triste:

“(. . .)

A minha alegria é triste
Porque me faz viver
Entre a saudade do céu
E a saudade do mundo.
E eu vivo dilacerado
Pelas contradições interiores
De que sou vítima.
(. . .)”

Se o último poema do livrinho, *O poeta e o mundo*, me parece fraco — e ouço dizer que Guerreiro teria negado seu livro de poesias — parece-me admirável, como força de premonição poética, o texto de gosto agostiniano que é o poema Nostalgia angélica. No meio deste, ele diz:

“(. . .)

Eu sou um peregrino do Absoluto,
Estrangeiro que passa
No meio da balbúrdia da cidade.
Minha pátria não é esta.
Eu a deixei a muito tempo.
Eu sinto a nostalgia de minha pátria (. . .)
Minha pátria é o céu (. . .)
(. . .)
As vozes da cidade
Me fazem sentir
A nostalgia da pátria
De onde rolei,
Pecando (. . .)”

Por fim, há lirismo, religiosidade e amor em vários níveis de *ascese*, no poema chamado Nostalgia da esperada, onde sua esperança é formulada ao modo de uma antevisão mística:

“(. . .)

Então,
Olharemos para o céu,
Para todo o universo,
E sentiremos
A unidade
Misteriosa
De toda a Criação. (. . .)

O poeta de 22 anos, em 1937, era, portanto, a semente do admirável pensador que morreria aos 67 anos, em grande vigor intelectual e espiritual, em abril de 1982, na cidade de Los Angeles. Daqui para frente, no estudo de seus escritos ou a partir destes, podemos lembrar que nesse poema de 1937 Alberto Guerreiro Ramos conjugava os verbos *olhar* e *sentir* em tempo futuro. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Com a palavra, agora, o terceiro debatedor, Dr. Julio Cesar Leite.

Prof. Julio Cesar do Prado Leite — A conferência que fez o Dr. Ubiratan Simões Rezende foi um desses momentos altos da inteligência brasileira. S. S.^a fez um balanceamento preciso das origens filosóficas da obra de Guerreiro Ramos. A cada momento deu um peso específico, de tal maneira que em nenhuma parte se percebeu a sua exposição como redundante ou rebarbativa. Ao contrário, o rumo foi linear sempre, e por ela ficaram marcados os passos da evolução intelectual de Guerreiro Ramos que deságua nessa sua obra capital — *A nova ciência das organizações*, que precisa ser bem compreendida segundo o contexto que lhe informou e para a qual foi dirigida.

Por sua vez, foi muito bom estar aqui entre os debatedores. É claro que para uma exposição de raro brilho como a do Dr. Ubiratan tornava-se necessário haver o complemento cromático que foi dado eficientemente pelos dois debatedores que me antecederam. Não vou, porém, seguir a mesma trilha dos que se pronunciaram sobre a obra de Guerreiro. Estaria a repisar o que tão bem foi posto. Prefiro enveredar por um rumo mais impressionista. E a primeira vertente de tal caminho tomo agora da revelação do conferencista de que o homem Guerreiro trazia consigo enorme religiosidade. Foi a primeira vez que vi alguém ter a coragem de dizer exatamente o que foi referido: a obra do Guerreiro, implicitamente, está carregada de Deus!

É possível que sua origem humilde, é possível que seu leito natural — a Bahia — tão cheia de sincronismos religiosos, lhes tivessem impregnado o caráter. Mas, por uma feliz oportunidade, por uma dessas coisas que só mesmo Deus patrocina, o acaso me fez trazer para a EBAP, para que ficasse em seu arquivo, o texto de duas cartas que recebi do homenageado, uma de fevereiro de 67, outra de 15 de setembro do mesmo ano.

Pela palavra *arquivo* sinto-me levado a fazer uma pausa para um elogio: dizem a todo dia que este país não tem memória nem cultura a memória de seus fatos históricos e de seus pró-homens. O momento que estamos a viver, o da realização deste simpósio, responde em sentido contrário. A EBAP está, neste instante, resgatando uma obra e um vulto notável, que marcaram profundamente duas gerações de brasileiros: a que dele foi contemporânea, nas aulas do Iseb, e aquela outra que se segue a 1964, quando se abriu nova fase de vivência histórico-política no país.

Era dura a vida de Guerreiro nos EUA. Como aliás foi árduo o seu caminho entre nós até as estrelas. Não se tratava de um vitorioso; tratava-se de um imigrante despojado que buscava abrigo. Mesmo assim, tinha forças suficientes para dizer o que se segue:

“Careço de notícias dos amigos, como de oxigênio. Por isso, respirei fundo e bem, quando recebi sua carta. Vejo que não deixou de ver a infância dentro de seu coração. Eu também tenho sido poeta, e não tenho sido outra coisa na vida. Sou um incorrigível poeta, em todos os sentidos da palavra, inclusive no sentido vulgar, isto é, o cara que não dá bola para a sensatez, para as razões de Sancho Pança. Sou um Quixote, e Deus me guarde assim. Apaixonome facilmente e levo as minhas paixões ocasionais e permanentes às últimas consequências, notadamente a minha grande paixão pela vida.

Conte-me as novidades. Como imagino daqui, a melancolia no Brasil agora. Apesar disso, morro de saudades e às vezes é penoso para mim estar ausente. É a força da terra, dos condicionamentos. Não posso dizer que estou mal. Estou bem. Muitos horizontes na minha frente. Minha família faz um tremendo progresso. Os meninos estão uns gigantes. Levam o estudo a sério e estou certo de que terão condições para se realizarem melhor do que eu, afinal, a vida só me tem permitido fazer esboços, *croquis*, não por minha culpa somente, mas também, sobretudo, penso, por força das circunstâncias.”

“Eu vivo aqui num mundo onde não há resistências brutais ao meu projeto. Tudo está bem. As suscitações intelectuais são tantas que o meu problema agora é me concentrar. A cada passo descubro novos aspectos e só me dá vontade de fruir o orgasmo intelectual, sem publicá-lo.

O Brasil, pense você, não reconhece ninguém e pune tremendamente a lucidez.”

Vê-se que a invocação a Deus é muito significativa. Entremeiava Guerreiro notícias de desalento, mas uma fé subjacente subsistia em sua maneira de encarar a realidade vivencial.

Em trecho da carta posterior ele refere como se segue:

“Estou convicto, apesar de tudo, que será inevitável a expressão do Brasil, em termos decisivos nas próximas décadas. A curto prazo, porém, é possível que seja aterrador.”

Suas palavras guardam inesperada atualidade, mas ainda aqui sobreleva o sentido da esperança e da confiança inabalável no futuro. Era sem dúvida o senso religioso, a esperança indefinida e absoluta na solução do bem. Era Guerreiro, com efeito, um homem que guardava para si um otimismo extraordinário na sua gente e na sua terra. Ele, aliás, e é essa a sua maior importância histórica, ensinou o seu povo a compreender sua própria realidade e dela ter consciência de plenitude, arrostando definitivamente os complexos coloniais e assumindo o seu destino histórico. A preocupação com o desenvolvimento econômico, que procurou inculcar no povo e no governo, provinha da certeza que por esse caminho nos haveríamos de recuperar do atraso e encurtaríamos a distância que margeava o país das nações que estavam em avanço. Foi a partir de Guerreiro Ramos que o brasileiro começou a acreditar no Brasil.

O processo de redução sociológica é um processo que marca um momento da vida intelectual brasileira. Por ele Guerreiro advogava um procedimento metódico para assimilação dos produtos científicos importados, mormente no terreno das idéias e concepções, impondo uma filtragem prévia para que se procedesse a sua adaptação à realidade nacional.

Tal concepção impregnou o segundo período Vargas e o magnífico período Juscelino Kubitschek, esse intuitivo mágico que tinha a sensação do futuro e a ambição de grandeza e que assumiu o pensamento que vinha do Iseb, elaborado por Guerreiro Ramos, e matizado por Álvaro Vieira Pinto. Assumiu Juscelino, à vista de nossas potencialidades e do que já se havia logrado na senda do progresso, a idéia concreta de que éramos capazes de dar saltos para a frente e, por ser assim, rompidos os preconceitos, pôde este país, em muito pouco espaço de tempo, alcançar posição especial no concerto mundial. O presidente, como o povo em geral, adquiriu consciência crítica das potencialidades da nação. E hoje, com todas as dificuldades que estamos a enfrentar, ocupamos o oitavo posto entre as nações industrializadas do Ocidente e não

se pode desprezar com facilidade nossa importância relativa no equilíbrio econômico e político do mundo livre.

Em seu último livro, que é o ponto nuclear das discussões de hoje e cujo traçado já foi percorrido em profundidade por Ubiratan Rezende, preocupava-se Guerreiro com a *falência da modernidade*. Todo esse livro apóia-se na denúncia de que o modelo organizacional centrado no mercado é alienado dos interesses fundamentais do homem. Em determinadas linhas, chega mesmo a proclamar que é uma miragem o pleno emprego. Não se deve mais procurar essa meta. É preciso criar novas opções de viver, além das determinadas pelo mercado de consumo. Mesmo porque esse mercado é, em si, dotado, dominado, feito, domado por uma máquina incrível, extraordinária que é a máquina dos meios de comunicação que formam, deformam ou conformam as volições, os hábitos, as aspirações, as frustrações.

Preciso era, proclama Geurreiro, que os homens pudessem voltar à sua liberdade primeira de opção, e se deixassem afastar dos condicionamentos impostos por essa sociedade de consumo. Mas esse livro, como já foi dito pelos que me antecederam, foi pensado nos EUA. É necessário considerar, que os EUA alcançaram o cume da civilização moderna e se situam exatamente no auge dessa modernidade, com o PNB superior a 10 vezes a comunidade européia e que exercem hegemonia sobre o quadro econômico mundial, tendo tão-somente 8% de sua economia voltada ao comércio exterior. É possível que ali os homens dedicados ao estudo da eficiência organizacional entrevejam novos modos de vida fora do mercado ou para além do mercado.

Para nós do Brasil essa conotação traz uma angústia extraordinária. Como evitar falar do pleno emprego, se há uma massa enorme de brasileiros que não chegaram ao emprego, sequer? Como imaginar formas sofisticadas de viver societariamente, qual seja uma dedicação extremada ao lazer, se lazer nenhum podem ter aqueles que só sabem sofrer? O importante, me parece, é compreender o livro de Guerreiro Ramos, como um observador, já no cume da civilização, trazendo reflexões sobre os desdobramentos da prosperidade. Quem sabe se já num prazo bem curto, não chegaremos a essa realidade? No instante presente do Brasil, porém, não podemos confundir as circunstâncias. O livro foi escrito para a realidade americana. De todo o modo, torna-se conveniente fecharmos os ouvidos a uma visão conformista da luta contra o atraso, como se o progresso trouxesse ao final terrível frustração à espécie humana. Muito ao contrário, é preciso ainda que as mãos sejam dadas, homem a homem e que se possa ainda acreditar no esforço concentrado, na utilização racional dos meios disponíveis para que aqueles que estão atrás da muralha do subemprego possam vir à força econômica ativa. Quando essa vitalidade for alcançada, quando não existir mais essa separação tão drástica entre os dois Brasis, distanciamento cada vez mais drástico, porque cada vez o Brasil dos privilegiados se aproxima dos países que estão em desenvolvimento pleno, fenômeno que provoca mimetismo inevitável, então poderemos dedicar nossa atenção aos espaços vazios que a abundância, como o ócio, podem criar. Temos agora que nos deter ao exame do contraste apontado, que os interesses e privilégios da classe contemplada começam a converter os seus integrantes a antagonismo surdos ou abertos contra a parte brasileira que ficou em atraso. Essa má vontade extraordinária passa a se refletir na indiferença com a miséria, como se fora estado natural, na brutalidade dos fatos policiais e na

complacência com tais eventos e, para colorir ainda mais o quadro, na repressão brutal e imperdoável que a polícia faz cotidianamente contra os que são tidos como marginais, tal como se não se tratasse de pessoas humanas, brasileiros também, cujos direitos são precatados pela moderna civilização e se encontram estratificados em declaração universal.

A divisão da sociedade brasileira precisa ser rompida. Temos que fazer esforços para conseguir tal objetivo. Isso só se logrará com o progresso acelerado e o reforço da visão social dos fatos políticos e econômicos. Não há, pois, que alimentar conformismo com a imagem pressentida por Guerreiro Ramos, ao contemplar à realidade norte-americana, de que o paraíso, o teto almejado, a riqueza e o progresso, sejam um *paraíso perdido*. Tal concepção constituiria horrível distorção do pensamento desenvolvimentista dele próprio, que amou entranhadamente o seu país e que se preocupou, até o último alento, com os problemas que afligiam a coletividade brasileira.

O último livro de Guerreiro Ramos, com sua teoria da nova ciência das organizações, é uma obra isolada da sua bibliografia anterior no que toca às conseqüências políticas que dela se possa extrair. Representa, apenas, em tal sentido, um lamento individual por ver que o mercado de consumo em seu grau de funcionamento mais intenso pode mergulhar o homem comum na inércia gorda da prosperidade e no refreamento de sua capacidade criativa. Tenhamos presente este raciocínio e não vamos distrair o nosso empenho em progredir nem permitir que uma interpretação distorcida fruste o nosso esforço, pois ainda é preciso fazer muita coisa para se dar finalmente um passo à frente. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Passemos a palavra ao quarto debatedor, Prof. Luciano Zajdsznajder.

Prof. Luciano Zajdsznajder — Depois de tantas observações, tantos elementos de memória, tantas avaliações da figura e dos feitos do Prof. Guerreiro Ramos, coloquei-me a questão: o que poderia ser, da parte de uma pessoa que não foi seu aluno e que com ele jamais conviveu, mas que teve apenas uma única e exclusiva oportunidade de encontrá-lo, em um debate ano passado, no Ibam, qual poderia ser — me perguntei — a contribuição, tanto em termos de homenagem quanto em termos substantivos, num debate como esse?

E recordei-me de que no ano passado, quando naquele memorável encontro de dois dias no Ibam, foi debatida esta mesma obra, tive a ousadia — e também respondi a um desafio que sentia interiormente — de apresentar algumas divergências frente a esta obra. Foi para mim um momento extremamente importante poder ficar frente a frente com o Prof. Guerreiro Ramos e dizer dos pontos que não me pareciam aceitáveis em relação a essa sua obra e que eram, basicamente, pontos de natureza filosófica. Quis o destino que eu retornasse, quase um ano depois, a me defrontar novamente com essa mesma obra, mas diante da situação dramática do seu autor desaparecido.

Nesse ano pude pensar, pesar, reavaliar uma série de elementos que me desafiavam no seu trabalho, e pude ouvir, outra vez, tão claramente, e tão brilhantemente expostos pelo Prof. Ubiratan, alguns pontos basilares desse pensamento.

Diante de tudo isso, me perguntei: o que fazer, o que dizer? E o que eu pretendo fazer é uma reflexão simples — espero que seja breve — e que evidentemente não é necessariamente uma reflexão que carregue consigo a obrigatoriedade da aceitação, por sua objetividade mas, sim, a reação de uma pessoa que também se vê diante dessas mesmas temáticas, desses mesmos problemas que foram tão brilhantemente tratados pelo Prof. Guerreiro em seu último livro.

Não por acaso a coincidência de nossas preocupações econômicas e filosóficas, não por acaso o nosso interesse pela economia e não por acaso o nosso estudo constante e o nosso trabalho constante com organizações. Ler este livro do Prof. Guerreiro é como encontrar — mal sabia eu — como encontrar Ulysses retornando a Ítaca, trazendo de todo o seu périplo, de toda a sua viagem, não somente uma série de conquistas, não somente uma série de descobertas, como uma série de ilusões vencidas ou não e uma série de feridas que todos aqueles que se propõem os grandes cometimentos, como foi o caso do Prof. Guerreiro, tanto no plano da teoria quanto na prática, terão de sofrer.

O primeiro passo desse elemento de reflexão é chamar a atenção para o modelo de pensamento que se encontra expresso nessa última grande obra e que responde, no nosso entender, à crise da ciência social contemporânea em conjunto com a crise dos vários modelos de sociedade que conhecemos. A sua resposta, materializada neste livro, é, no nosso entender, que não se pode pensar as sociedades contemporâneas e fazer a ciência social contemporânea em separado de uma reflexão filosófica.

Realmente, essa unificação do pensamento filosófico e do pensamento social marca e caracteriza essa obra final de uma maneira flagrante, óbvia, marcante e profunda. Boa parte do livro é dedicada a dois aspectos fundamentais que perseguem o pensamento filosófico e o agudizam e aguçam na contemporaneidade. Depois do iluminismo, depois do positivismo, depois do cientificismo, depois das vias de progresso e das vias tortuosas do hegelianismo e do marxismo, o que dizer da razão? O que significa, hoje em dia, para nós, a razão? E em segundo lugar, depois do marxismo, depois do existencialismo, depois de uma série de posições contemporâneas, o que significa ser homem?

Na verdade, esse livro propõe duas questões fundamentais antes de atacar a questão organizacional — tanto no plano menor, micro, quanto no plano da organização da vida associada que é responder à questão organizacional micro e macrossocialmente — a questão da razão e a questão da realidade humana.

Esse é o modelo de ciência social que Guerreiro nos deixa, certamente, como herança. Já foi mencionado — e eu ignorava uma série de aspectos de sua produção intelectual anterior, de sua atuação no Iseb — hoje pela manhã que ele detinha uma certa familiaridade com a filosofia mas, nesta sua última obra, se ao longo da sua vida houve o namoro com a filosofia, nesta sua última obra se apresenta um verdadeiro casamento com a filosofia. É uma obra de reflexão filosófica e de posicionamento filosófico.

Então, esses dois aspectos devem ser realçados: a razão e o homem. Se aceitamos o diagnóstico que Guerreiro faz da ciência social e das sociedades contemporâneas, devemos nos perguntar, também, se não nos cabe aceitar a forma de pensamento que ele nos propõe.

Evidentemente, aí eu gostaria de fazer alguns questionamentos a respeito de aspectos mais substantivos de seu modelo de ciência social que considero,

pessoalmente, discutível. Os questionamentos dizem respeito, evidentemente, às questões filosóficas que ele levanta e também ao tipo de produto que é a ciência social que ele nos oferece nesta sua última obra.

Em primeiro lugar, vamos falar sobre a crise da razão contemporânea, pois a crise da sociedade contemporânea é uma crise, além de tudo, de pensamentos e de modelos de pensamento. Achamos ser inexcusável a sua crítica à razão instrumental. Nesse ponto, Guerreiro segue com fidelidade, mas apresenta, expressa, de uma maneira brilhante, toda a série de contribuições de boa parte dos emigrados alemães, formuladas nos EUA, em termos da crítica ao positivismo e da crítica ao iluminismo.

Parece-nos, porém (e nesse ponto nós nos distanciamos dessa posição que foi tão bem expressa pelo Prof. Ubiratan), que não se encontra apenas, como alternativa à razão instrumental, o retorno à concepção de racionalidade que se formulou nos alvares da filosofia entre os gregos. Muita água correu na vida da humanidade, muitas descobertas foram feitas a respeito do pensar e do ser homem, muita coisa foi reconhecida em termos de várias formas de racionalidade. Lembremos Descartes e todo um caminho de experiência da razão humana que passa pelas descobertas científicas e passa pela própria descoberta da economia, que não pode ser dispensada porque não somente representa o aparecimento de formas novas do coexistir humano, mas também apareceu como reconhecimento de que a racionalidade não se apresenta única e exclusivamente no psiquismo humano, nem se apresenta como uma ordem cósmica pré-dada, nem se apresenta na articulação entre fins e meios, mas que também pode ser percebida nos processos de desenvolvimento da história humana e nas articulações da vida humana e social.

Esse outro tipo de racionalidade que, ao contrário da visão grega (e a visão grega de Aristóteles ou Platão vai perceber a racionalidade como uma gota de divindade na alma humana, que através de uma visão direta persegue a verdade das essências), sem dúvida responde pela compreensão dos processos concretos do trabalho humano, da criação humana, da invenção humana, coloca uma outra concepção: a razão apresentando-se, ao mesmo tempo, como fruto das operações e das atividades humanas, como força de internalização dessas operações, e também como uma forma que aparece quando o espírito humano se constitui e se desenvolve em comunidade. Essa forma de racionalidade foi descoberta, ou melhor redescoberta: porque se os gregos nos deram Aristóteles, se os gregos nos deram Platão, não vamos esquecer-nos de que os gregos nos deram Heráclito e nos deram a dialética. Essa forma de racionalidade pode ter sido usada a serviço de uma série de visões bastante equivocadas em termos de um processo linear de desenvolvimento da história, através de uma visão de etapas, através de uma visão de necessidades obrigatórias. Mas, se por acaso nós fomos obrigados pela experiência histórica do presente século (ou dos últimos 100 anos) a abandonar uma visão de necessidade obrigatória de desenvolvimento histórico não devemos, como dizem os franceses, jogar fora a criança, com o banho. Não devemos jogar fora uma visão dialética, a visão da compreensão de uma racionalidade de processo e de uma racionalidade das interações humanas, juntamente com uma visão de etapas obrigatórias do processo histórico. Ao contrário da visão da razão que os gregos nos apresentam (e que é a visão da razão que fundamenta filosoficamente ou que se conclui filosoficamente do livro de Guerreiro) um outro tipo de razão se apresenta, que é uma razão que se desenvolve no drama da his-

tória, que é uma razão que é sofrimento e ilusão, que é uma razão que se conhece, se desconhece e se volta a conhecer; que é uma razão que vive o conflito; que é uma razão que encontra o caminho nos seus próprios desencontros. Essa razão, razão dialética, diz-nos mais na nossa contemporaneidade, nas nossas perplexidades, diante dos nossos absurdos e das nossas dificuldades, do que a razão tranqüila, que reflete uma ordem cósmica, que reflete um mundo estabelecido e dado que foi a razão aristotélica.

Nesse sentido ao destacar, nas suas alternativas, de um lado a razão instrumental e de outro lado a razão substantiva, Guerreiro vai construir uma teoria social que se apresenta segundo um modelo, que sem dúvida constitui um desafio enorme ao nosso pensamento e sem dúvida constitui um elemento de reflexão de maior profundidade, mas que vai afastar-se daquilo que nós, pessoalmente (tenho certeza que muitos) consideramos como o caminho de construção de uma ciência social. O modelo da sua ciência social ou da sua teoria social refere-se ao reencontro do que constitui a verdadeira essência humana que, segundo ele, “já teria sido dada no momento histórico da sociedade grega”.

E, nesse ponto, ele segue Voegelin e não deixa de seguir Hannah Arendt para, a partir dessa idéia de homem, propor uma reconstrução da sociedade e, nesse enfoque, colocar a sua teoria da delimitação dos sistemas sociais.

Certamente, essas posições, saindo do escopo filosófico, do plano filosófico, mas referindo-se ao aspecto mais limitado dessa delimitação, podem apresentar uma série de pontos extremamente positivos. Mas, no nosso entender, deveriam ser integradas a uma compreensão da dinâmica da sociedade, à tentativa de compreender como as sociedades contemporâneas funcionam, quando elas apresentam, diferentemente do século passado, uma grande parcela de intervenção.

Que sociedade moderna é essa, que é uma sociedade sob o impacto tão alentado de intervenção estatal?

Em segundo lugar contrapondo-se a esse modelo de ciência social, que Guerreiro estampa no seu livro, que eu repetiria: buscar a essência humana e, a partir dessa visão da essência humana, reconstruir a sociedade — nós diríamos que existe todo um outro caminho de ciência social, onde se procura entender a dinâmica dessa sociedade sob intervenção. Busca-se entender como determinados processos objetivos da sociedade condicionam essas próprias intervenções. E, mais ainda: busca-se entender — e, nesse ponto, eu me encontro, assim, a uma distância deste último Guerreiro, e tão próximo de alguns Guerreiros anteriores — busca-se conhecer como se dá o processo de autoconhecimento da sociedade e de sua auto-ilusão, como a sociedade se desconhece a si mesma, como se equivoca e como se perde.

Esses temas que, em nosso entender, constituem os temas que a ciência social deve enfrentar contemporaneamente e que ainda persistem numa tradição de século, de século e meio, libertam essa tradição de uma série de dogmatismos, constituindo uma contrapartida, uma visão alternativa a esse modelo de ciência social. No entanto, seja qual for o modelo de ciência social escolhido — e evidentemente há razões para essas escolhas, razões que a própria ciência social deveria elucidar, não cabe a menor dúvida, e nesse ponto eu gostaria de encerrar — não cabe a menor dúvida de que qualquer modelo de ciência social que venha a se apresentar terá que se defrontar com a série de temas que constitui o cerne desta obra final do Prof. Guerreiro Ramos.

Na sua crítica ao serialismo, na sua crítica à teoria organizacional convencional, na sua crítica à razão instrumental, na sua crítica à economia de mercado, na sua crítica às concepções correntes de recursos produtivos, nesse ponto o Prof. Guerreiro atingiu os aspectos fundamentais da crise da nossa contemporaneidade. E, por ter atingido esses pontos fundamentais, por ter ido, na sua radicalidade, às questões mais importantes que nos acossam, mesmo que possamos discordar do seu enfrentamento filosófico (tanto da concepção de racionalidade quanto da concepção de homem que, no nosso entender, evidentemente jamais poderia ter chegado a sua plenitude na formação social grega e que muita coisa se revelaria do que é ser humano nos séculos posteriores), não há como negar o valor e o sentido de sua obra. Apesar dessa divergência, nós não podemos deixar de dizer que nos encontramos diante de uma obra seminal, fundamental, que se põe diante de nós como uma grande produção, uma grande interrogação a todos nós que procuramos fazer, modestamente, a teoria em nossa sociedade. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Passo a palavra ao último debatedor, Prof. Milton Santos.

Prof. Milton Santos — Fico muito desvanecido pela oportunidade de participar desta reunião em que se festeja o trabalho bem-sucedido de um dos nossos mais importantes criadores de idéias.

A língua que vou falar é certamente diferente daquela utilizada por meus antecessores nesta alta tribuna, pelo fato de militar em uma disciplina, a geografia, que alguns consideram como sendo aquela dos especialistas em generalidades. O fato é que pretendemos chegar a uma síntese raramente alcançada entre, de um lado, o que muitas vezes erradamente se aponta como sendo o *natural* e, de outro lado, o que resulta do trabalho do homem.

A obra do Prof. Guerreiro Ramos, homem destinado a provocar apaixonados debates e a ser, ele próprio, discutido com paixão, marca um ponto extremamente alto com este livro que estamos agora discutindo. Eu não diria que assume o seu distanciamento do seu país nessa obra, que fala uma linguagem universal. Terá dado a este livro certas tintas ianques, como de certo modo aqui foi sugerido, para realçar seu apego à universidade que ofereceu um novo alento à sua inteligência. Mas a sensibilidade de cada homem naquilo que há de mais profundo busca, sobretudo, apreender o universal a partir de um dado ponto do espaço. Não há um homem chegado às tarefas da produção do saber que se libere dessas amarras poderosas que são o fermento fundamental da criatividade.

Esta obra é brasileira, e quem dela fizer uma leitura cuidadosa verá que por detrás de uma linguagem filosoficamente universal, ao mesmo tempo profunda e aberta, complexa e simples, difícil e acessível, está um profundo enraizamento na sua terra. Dir-se-ia que é uma proposta específica para uma reconceitualização da riqueza do Brasil e não apenas genérica quanto à riqueza das nações como um todo. Seu julgamento da alienação moderna se aplica tanto ao nosso país, quanto à sua crítica ao humanismo vazio. A pertinência nacional do seu reparo à força das instituições também, nitidamente, se aplica ao nosso país numa fase em que ele se tornou mais internacional e menos cosmopolita.

Um exemplo é dado aqui mesmo. Ao nos dar a palavra, nosso estimado presidente da mesa sugeriu que cada orador indicasse a sua instituição. Ora, o intelectual como atividade é, por natureza, o oposto ao institucional. Há uma oposição entre autenticidade e o engano sistemático entre pessoas, próprio da personalidade de organização. Não há intelectual que se mantenha vivo, aceitando canonicamente as regras impostas pelas instituições, que são, igualmente, regras de criação da razão instrumental ou funcional, contra a qual, exatamente, Guerreiro se insurgiu como humanista.

Dou o exemplo, mas também estou certo que o nosso presidente foi vítima de um lapso, apenas. . .

Prof. José Arthur Rios — Perdão. Eu queria esclarecer que meu intento foi apenas de identificação para o público. Quando o público desejasse fazer uma pergunta à mesa, caracterizasse a instituição de que fazia parte o inquirido. É elementar em qualquer debate, nacional ou internacional, a pessoa declinar o nome e declinar a entidade a que pertence.

Prof. Milton Santos — Não me estou referindo pessoalmente ao nosso prezado presidente, que aqui é apenas um acidente na história. Refiro-me ao caráter das instituições, numa fase como a atual, onde burocracia e alienação se tornaram sinônimos.

Por aí, também, a obra que hoje festejamos é algo que permite dar conta do que é essa era pós-industrial na qual estamos entrando e que também aqui sugere um debate moral. A partir do que escreve, caberia, também, perguntar em que medida nosso país é tal como ele é em virtude do fato de que a história que conta para nós — como país *branco* — a história do Brasil europeocêntrico se confundir com a história da expansão do mercado. Em que medida essa coincidência, a contemporaneidade entre expansão do mercado e início do que chamamos europeaneamente a história brasileira, teve repercussões fundamentais em nosso caráter como povo? Em que medida isso terá permitido que Guerreiro Ramos se inspirasse no mundo mas, sobretudo, no Brasil, quando nos propõe este tratado sobre a alienação moderna?

É como geógrafo que falarei na segunda parte desta minha intervenção, que, de um lado, se foi esboçando mais profundamente à medida que lia e relia o seu livro; e, de outro lado, mais imediata e formalmente, enquanto ouvia e entendia os outros oradores desta tarde. O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, através do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade, que a esses todos contém funcionalmente e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualizadoras, porque ambos são criadores de raridade. E como “o mercado é cego, para os fins intrínsecos das coisas”, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço. Em que medida um espaço que nós mesmos construímos e que nos contém como coisas é o instrumento de agravação das condições de alienação criadas pelo mercado? Em que medida a organização do espaço é mais uma dessas organizações que conduzem a um processo de alienação? O espaço também contribui para o

processo de socialização dependente a que agora assistimos e é utilizado como instrumento de política cognitiva. Em que medida essa socialização pelo espaço é um dado criador de anomia?

A partir de uma leitura geográfica desse livro, podemos reavaliar o papel dos sistemas sociais projetados a que Guerreiro Ramos se refere e também dessa política cognitiva tantas vezes mencionada neste livro, e que abrange a reelaboração do conhecimento das coisas pelo homem através de ações que nem sempre aparecem como deliberadas. Que outra coisa será o *marketing* do espaço, esse mecanismo pelo qual atribuímos valor a uma fração de território, ao mesmo tempo em que, desse valor, excluimos uma outra fatia? Há uma relação profunda, pois, entre espaço e mercado e era exatamente para este aspecto que eu desejava chamar a atenção.

Todo bom livro é um livro que comporta muitas leituras. Todo grande livro é um livro que, tendo exigido de seu autor um enorme esforço em redigi-lo, exige dos seus leitores um enorme esforço de atenção. É nisso que distingue e sempre se distinguiu Guerreiro Ramos. Seu livro tem marca da universalidade e do intemporal: um livro que ficará porque trata de problemas fundamentais do homem, tal qual a razão substantiva; a dignidade de viver; a vontade de permanecer ou de se tornar livre.

Nesse sentido, esse livro é um livro mundial, mas ele também é um livro brasileiro, tal qual ele, Guerreiro Ramos, queria. Pois que ele queria que o Brasil não fosse apenas um consumidor do conhecimento de outrem e que fosse ele produtor de conhecimento para o mundo, na medida em que nele, mundo, estamos; capazes, por conseguinte, de interpretá-lo.

Agradeço, pois, aos organizadores desta reunião pela oportunidade que me deram de dizer estas palavras neste momento em que festejamos um mestre. Muito obrigado.

Prof. José Arthur Rios — Agradeço ao Prof. Milton Santos não só pelo conteúdo de sua exposição, como por ter respeitado rigorosamente o tempo atribuído a cada debatedor.

Meus caros companheiros da mesa, minhas senhoras e meus senhores. Chegamos a um momento deste painel em que eu deveria passar a palavra aos participantes aqui presentes e que não se acham na mesa. Entretanto, depois das brilhantes exposições que acabamos de ouvir, sobre a vida e o pensamento de Guerreiro Ramos, peço licença para um breve *intermezzo* afetivo. Dirijo-me principalmente a Eliana cuja presença neste auditório acabo de constatar.

Fui condiscípulo de Guerreiro Ramos na Faculdade Nacional de Filosofia. Corriam os anos 20 que concluíam por uma Guerra Mundial e, no país, por um duro regime de cerceamento das liberdades implantado por um ditador de aparência, só de aparência, benévola.

Os estudantes da Universidade recém-fundada, que ainda era *do Brasil*, frustrados na participação política, lançavam-se a atividades intelectuais e culturais. Constituímos a primeira turma da recém-fundada Faculdade Nacional de Filosofia. No mal-adaptado casarão do Largo do Machado, conviviam os cursos de letras, ciências sociais, história e geografia.

Aos aprovados incorporaram-se alunos da Universidade do Distrito Federal, extinta pela ditadura. Nossa turma era pequena. Nela figurava, além de Guerreiro, outro baiano que se tornaria ilustre na sociologia brasileira — Luiz A. da

Costa Pinto. Como éramos poucos, os relacionamentos eram estreitos. A figura de Guerreiro Ramos, não marcou, de imediato, sua presença, no princípio até um tanto remota, afastada, não só pela idade mas por uma experiência e maturidade intelectual que o distanciavam da maioria dos colegas. Sei que me senti, desde logo, atraído pela sua inteligência, às vezes, humorística e paradoxal, e com ele estabeleci uma relação que seria, pela vida afora, feita de aproximações e contrastes.

Quando o conheci, Guerreiro atravessava uma crise de fé. De praticante da religião católica, comungante de todos os domingos na Igreja do Mosteiro de São Bento, afastara-se da prática. Já lia muito. Possuía vasta biblioteca que transportava, de pensão em pensão.

Em certo momento, e, não só devido a problemas práticos, mas às mutações intelectuais que atravessava, resolveu despojar-se de boa parte dessa coleção e foi assim que me vi possuidor de muitos desses livros.

Convém assinalar que na época, Guerreiro não cogitava especialmente da sociologia mais que para as necessidades do curso. Caracterizava-se mais, como acaba de lembrar Matta, como poeta, ensaísta de preocupações largamente humanistas. Por que, então — cabe a pergunta — teria ido acolher-se a um curso de ciências sociais? Primeiro, pela sua enorme curiosidade intelectual; depois, acredito, por uma espécie de intuição que já lhe mostrava a sociologia como um novo instrumento de interpretação das realidades humanas.

Na sua biblioteca, por esse tempo, figuravam poetas filósofos, ensaístas, pensadores políticos. Não me lembro de nenhum sociólogo de vulto. Foi Guerreiro Ramos quem me iniciou em Rimbaud, em Rainer Maria Rilke, quem me pôs nas mãos Kirkegaard. Dele ainda possuo, rabiscados, anotados, grifados, às vezes, a tinta vermelha, livros de Berdyaer, Maritain, Gabriel Marcel. Carregava esses livros por uma série de moradas fantásticas no âmbito do Catete, e do Cosme Velho, casarões de colégios ou entidades eclesiásticas com as quais, apesar de decrescente, mantinha relações diplomáticas.

Lembro-me, por exemplo, nitidamente, de um quarto de empréstimo, onde morou, em Laranjeiras, nos fundos de uma vasta habitação meio desabitada. Uma larga janela dava para uma paisagem sublunar de barrancos escavados. Aí nos reuníamos para ouvi-lo conversar — sempre foi um conversador brilhante, paradoxal e contraditório, buscando muito de indústria, a provocação intelectual. Numa conferência interjetou — “nós arianos...” — como diria, noutra ocasião, dirigindo-se a uma colega que tinha a mesma tonalidade de pele — “nós os helênicos, não é minha cara amiga...”

Às vezes, promoviam-se reuniões em casa de um ou outro, às quais se associavam os professores. Entre estes havia os mestres franceses, convidados pelo Ministro Gustavo Capanema para dar lustro à faculdade de filosofia recém-criada. Entre eles, René Poirier, Byé e Jacques Lambert — este autor mais tarde dos *Dois Brasis*. Eram figuras eminentes, isoladas no Brasil pela duração imprevista do conflito mundial. Ao que me lembro, Guerreiro Ramos não tinha com eles maior aproximação; ao contrário de Costa Pinto que travou duradouras relações com Lambert.

Enquanto outros sociólogos brasileiros, como Antônio Cândido trocavam a sociologia pelo ensaísmo ou pela crítica literária, Guerreiro empreendeu a *démarche* inversa. Minha impressão é que, em matéria de sociologia, só se decidiu a sair do namoro para o casamento quando ingressou no Dasp e quando se preparou para o concurso que lhe daria o cargo de técnico em administração

naquele departamento. Parece que foi aí que vislumbrou as grandes possibilidades da sociologia na administração pública.

Acompanhei-o, nessa nova jornada, muito de perto, ora em conversas no *Vermelhinho*, ora no seu gabinete no edifício do Ministério da Fazenda, onde com certa surpresa, ia encontrá-lo invariavelmente, abraçado a livros de autores americanos, corifeus dessa sociologia behaviorista que, mais tarde, com tanto brilho, iria repudiar.

Foi por esse tempo que começou também seu namoro com o trabalhismo e com uma ideologia da negritude que, até então, não parecera levar muito a sério.

Daí por diante, a vida nos separou. Divergências políticas nos afastaram. Não o acompanhei na aventura do Iseb da qual ele próprio se desiludiu. Espírito livre não pôde suportar o dogmatismo esquerdizante a que alguns pretendiam sujeitar o instituto, usando-o como trampolim numa eventual conquista do poder. Continuamos, no entanto, a nos encontrar, às vezes em momentos decisivos para a vida de Guerreiro Ramos. Encontrei-o, por exemplo, no jardim desta fundação exatamente no momento em que fora surpreendido pelo ato brutal, injusto, ilógico de sua cassação. Acompanhei-o, de longe, na sua ida para os EUA e nos seus sucessos acadêmicos naquele país.

Ano passado, fui surpreendido por um telefonema de Guerreiro. Estava no Rio de passagem, queria me ver. Encontrei-o num apartamento, em Ipanema, encanecido, barbudo, de boina, um pouco pontifical, mas com o mesmo brilho malicioso nos olhos. Depois de longa ausência, o Brasil surpreendia-o, preocupava-o, estarrecia-o. Atraía-o uma entrevista minha nos jornais onde tivera a ocasião de caracterizar o crime nas nossas cidades como uma revolução sem ideologia. “Que é que V. está fazendo?” Ficou espantado ao saber que me dedicara a comunidades, favelas, grupos de base, artesanato — atividades de sociologia menor. Estava trabalhando no miúdo, expliquei, já que não podia trabalhar no atacado.

Para surpresa minha, era isso exatamente que interessava Guerreiro, já amadurecida sua teoria da delimitação dos sistemas sociais.

No encontro promovido por Lordello, no Ibam, para discussão do livro de Guerreiro recém-traduzido por iniciativa de Benedito Silva, essa reaproximação intelectual tornou-se mais íntima. Nesse encontro, lembro-me de um momento, em que ouvi de Guerreiro, como ouviram todos os presentes, algumas afirmativas que pareciam uma recuperação do sentimento religioso na obra do sociólogo. Podia parecer a muitos, caso se limitassem à obra escrita, que essa religiosidade seria apenas uma vaga mística, talvez influenciada pelos movimentos de inspiração oriental, tão em moda na Califórnia.

Ora, para surpresa de muitos — Guerreiro, que, por baixo dos modismos de seu pensamento, sempre fora uma caixa de surpresas, como todo espírito verdadeiramente livre, em dado momento do debate, declarou-se católico.

Guerreiro sempre teve um pouco do prestidigitador, do *jongleur* que gostava de mistificar seus amigos, seu público. Mas essa declaração tranqüila, coerente com a orientação de seu pensamento para os gregos, para Platão, Aristóteles, Whitehead, revelam uma secreta elaboração interior que o isolava das correntes idealistas, hegelianas e marxistas e o identificavam com um senso do real presente em seu último livro através da valorização de conceitos como espaço, cenário, etc.

Esse retorno às origens, em intelectual dessa estatura, merece ser assinalado porque explica sua crítica ao conceito de mercado e à redução — palavra que introduzira, faz anos, no nosso vocabulário sociológico, em outro contexto — à redução da sociedade ao mercado, do homem ao produtor e consumidor.

Foi assim que Guerreiro Ramos teve a grande coragem de ser nessa fase final de sua vida, um sociólogo da ordem; o que é de se assinalar numa época de modismos revolucionários — e o que o aproximou da obra de Voegelin.

É claro, nem seria preciso esclarecer, que a ordem de Guerreiro não coincide com a ordem dos regimes autoritários ou policiais. Mas o sentido cósmico, cosmogônico do conceito de ordem, aqui neste encontro muitas vezes sublinhado, era uma espécie de ímã que iria atrair cada vez mais o pensamento do nosso sociólogo, levando-o a aprofundar o conceito de razão, e representa, a meu ver, mais que uma identificação com a razão aristotélica, uma tentativa de superá-la.

Se lhe fora permitido, se sua morte para nós prematura, em pleno vigor intelectual, não se tivesse atalhado o caminho, tenho certeza de que iria aprofundar essas idéias, articulando o conceito de ordem com outro, angular, numa teoria cristã da sociedade, que é o da pessoa humana. Toda sua obra se voltava nesse sentido e é fácil, para quem lê as últimas páginas que nos deixou, descortinar esse horizonte.

Agradeço a atenção com que me ouviram e, sobretudo, agradeço a meus companheiros de mesa por suas brilhantes exposições, que nos ajudaram a medir e compreender a obra do grande sociólogo brasileiro que foi Alberto Guerreiro Ramos.

Infelizmente tenho agora um compromisso inadiável e, por esse motivo, peço licença para retirar-me e passar a moderação — não a presidência — a moderação dos debates ao meu ilustre companheiro Dr. Ubiratan. Muito obrigado.

Prof. Ubiratan Rezende — Nós temos 35 minutos, mais ou menos, e eu coloco, desde logo, a palavra à disposição da audiência.

Prof. Célio França — Há dois pontos sobre os quais eu quero tecer algumas considerações: o primeiro refere-se às duas críticas que o Prof. Matta fez. Estas críticas são muito importantes e academicamente saudáveis mas não há, quer no livro, quer no pensamento de Guerreiro Ramos, uma negativa ou demonstração da impossibilidade de cooperação medicina-administração. Muito ao contrário, o próprio Guerreiro estava convencido de que hoje, para as ciências sociais, as descobertas novíssimas que estão sendo feitas na área da física e da biologia, por exemplo, são muito mais importantes, em termos de fornecimento de categorias de entendimento das realidades sociais, do que aquilo que convencionalmente se chama ciência social. A crítica do Prof. Matta deve referir-se ao capítulo IV de *A nova ciência das organizações*, Teoria de administração e confusão de conceitos, onde Guerreiro aborda a incorporação acrítica, pela teoria de administração, do conceito de *saúde organizacional*. E então ele, a título exemplificativo, discute como um conceito próprio a uma condição do ser humano, se trazido para a área de administração, pode deixar as coisas mal-entendidas.

Com relação a Donald Schön, e a Argyris, trazidos a este debate pelo Prof. Matta, devo acrescentar o seguinte: com relação ao primeiro, Guerreiro Ramos considerava a contribuição de Donald Schön, especialmente o estudo de *redes organizacionais*, uma das coisas mais promissoras, na área das ciências sociais e da teoria de organização atual e diz expressamente no livro que Schön é o único cientista social, sabiamente comportamentalista, que reconhece que na problemática de organização do fenômeno social há uma dimensão de tecnologia, de estrutura e de doutrina, as quais exigem uma integração dinâmica entre si.

Com relação a Argyris, e a outros comportamentalistas aos quais o Prof. Matta se refere, devo dizer que, a rigor, Guerreiro Ramos não chega sequer a examinar a obra e a contribuição deles ao nível operacional. É preciso entender que a crítica e o debate propostos por Guerreiro ocorrem no nível filosófico. No capítulo da Síndrome comportamentalista o ponto de partida, a pedra angular é o reconhecimento, como eu já disse, da impossibilidade da visão integracionista que toda escola de relações humanas propõe. E Guerreiro Ramos vai ainda mais longe ao afirmar que esse integracionismo é um humanismo completamente equivocado, o qual nada teria a ver com o humanismo que ele está discutindo. Guerreiro Ramos é mais radical ainda ao reconhecer que a chamada escola clássica, em termos de teoria de administração, provavelmente teria tido uma dimensão, uma visão e uma compreensão dos objetivos da organização, muito mais importante do que o grupo comportamentalista que a seguiu porque, pelo menos, aquela entendia que a missão das organizações formais era uma missão de produção. Portanto, Prof. Matta, não vejo crítica injusta; vejo, sobretudo, uma diferença profunda de concepção filosófica.

O segundo aspecto que eu queria considerar é a colocação do Prof. Luciano. A colocação do Prof. Luciano de certa forma resgatou uma preocupação minha: acho sempre que a nossa geração é existencialmente muito menos elegante do que era a geração de intelectuais que nos antecedeu e representada hoje, por exemplo, pela beleza da exposição do ilustre Prof. Helio Jaguaribe, o qual, apesar de inúmeras discordâncias com Guerreiro Ramos foi capaz de nos propiciar uma ligação com o passado, especular em direção ao futuro, desincumbir-se da tarefa de uma forma que nem sempre nossa geração consegue. Acho que o Prof. Luciano, com sua exposição, resgatou essa minha preocupação. Foi também fundamental um ponto que o Arthur Rios levantou agora e, como disse o Prof. Milton Santos, um grande livro comporta muitas leituras, mas no meu entendimento a leitura do Prof. Luciano tem o seguinte equívoco: para Guerreiro Ramos, o problema não consistia em ter-se de um lado a razão substantiva e de outro lado a razão instrumental. Mais ou menos no sentido de — vamos deixar essa razão instrumental que é inadequada e vamos voltar para a razão substantiva — as duas dimensões são consideradas absolutamente importantes para Guerreiro Ramos; uma não pode existir sem a outra. O grande problema, para Guerreiro Ramos, é o fato de que, na modernidade, os critérios da razão instrumental são de tal ordem abrangentes, que acabam alijando a outra dimensão, e somente ao nível da razão substantiva se poderia retomar o exame dum conjunto de questões que são perenes.

Num artigo do *Jornal do Brasil*, Um conceito impopular de ciência social, Guerreiro fez referência à existência de uma “trilha de conhecimentos”, trilha esta que, segundo ele, foi seguida por longo período e está claramente arti-

culada na tradição grego-judaico-cristã. A modernidade representaria o rompimento com essa tradição. A retomada dessa trilha é para ele uma questão fundamental. Portanto, no uso do conceito de razão, Guerreiro Ramos não está tratando de duas coisas distintas: a razão instrumental é a condição, como o Prof. Ubiratan levantou aqui — de sobrevivência, de subsistência mesmo, é problema de geração da energia mínima necessária para que você, como máquina humana, possa continuar funcionando. Ela apenas não pode ser o categorizador, o denominador comum para organização da vida humana associada. E aí ele se distancia fundamentalmente da proposta marxista, que pretenderia chegar à razão essencialmente através da prática social. Para ele a utopia estava aí, e não no outro lado. Não era possível, para Guerreiro, um modelo de homem ou uma verdade preestabelecida, mas esse era um processo de busca, de caminhada permanente. A restauração dessa razão substantiva é que permitiria essa retomada. Acho que reside aí o equívoco de leitura do Prof. Luciano e minha discordância com ele, sem prejuízo, no entanto, de minhas homenagens à qualidade acadêmica de sua intervenção.

Prof. Ubiratan Simões Rezende — Não sei se os dois componentes da mesa aos quais foram endereçadas diretamente estas observações do Célio gostariam de fazer algum comentário.

Prof. Luciano Zajdsnajder — Reconheço, realmente, que talvez não tenha sido suficientemente claro. Não se trata de uma rejeição. Pelo que eu me lembro da leitura do livro, não se trata de uma rejeição absoluta da razão instrumental, quanto mais que o mercado continuaria funcionando como um enclave no qual, inclusive, seria mantida a propriedade privada e a busca do auto-interesse funcionaria em termos de mercado.

Mas, na verdade, pelo que entendi do próprio esquema de uma sociedade delimitada, de um sistema social delimitado, é que ela seria presidida por essa concepção de razão substantiva, quer dizer, o todo. Inclusive eu tenho aqui uma anotação de uma coisa que ele chama de “lei dos requisitos adequados”. E essa lei dos requisitos adequados, me parece até, inclusive, o seguinte: “estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade, sensível às necessidades básicas, de atualização de seus membros.” E que na verdade, isso parece também estar ligado a uma colocação de Hannah Arendt, na página 135, que diz o seguinte: que, na verdade, ela é uma partidária dessa razão substantiva, ela está realmente nessa linha de pensamento. Diz a falecida Hannah Arendt que nenhuma atividade pode vir a ser excelente se o mundo não proporcionar um lugar adequado para o seu exercício. Na verdade, com isto aí nós tivemos a visão do princípio básico da visão de delimitação. É que, na verdade, a plena realização do ser humano não se pode dar em um mundo onde o mercado se assenhore de todas as atividades e em que não haja realmente setores, espaços, para usar a linguagem geográfica, onde outras partes da realidade humana possam exercer-se.

Prof. Ubiratan Simões Rezende — O Almir Vieira havia solicitado a palavra. Quero fazer apenas uma observação: que, por circunstâncias completamente

acidentais, eu estou manietado aqui, como moderador, e estou vendo este *interplay* de idéias aqui e estou ficando numa frustração danada.

Você quer vir à frente, por favor?

Almir Vieira — É o seguinte; acho que vou satisfazer esta sua ânsia de falar, porque a pergunta é dirigida a você. Eu já ouvi alguns comentários sobre a teoria da delimitação dos sistemas sociais, de Guerreiro Ramos, alguns tentando situá-lo numa perspectiva autogestionária, outros procurando colocá-lo numa visão intervencionista, que podemos chamar até de socialdemocrática. Eu queria saber de você, que privou do contato com ele nesses últimos anos, como é que ele pensava isto. Para Guerreiro Ramos, qual seria o cenário que melhor permitiria essa floração de formas alternativas de vida associada?

Prof. Ubiratan Simões Rezende — Peço licença, então, para fazer um breve comentário sobre a colocação do Célio, do Luciano e do João Eurico e imediatamente vou responder a sua pergunta.

Em primeiro lugar, acho que o Luciano apanhou, com muita precisão, aquela que é a divergência fundamental, a raiz celular da divergência que existe entre essa obra do Guerreiro e o pensamento social contemporâneo, as ciências sócio-culturais contemporâneas. Está exatamente aqui. Na obra do Guerreiro, não se admite a possibilidade da razão ser um atributo além do ser, isto é, um atributo que não somente um atributo do indivíduo, do ser humano. Processos? Não há condição de se atribuir racionalidade a processos. Não há condição de se atribuir razão à história.

O Guerreiro brincava muito conosco, quando dizia assim: observem Hegel; nosso amigo Hegel é um sujeito terrível. Ele simplesmente disse a nós todos que ao final da história nós, homens, explicaríamos Deus para Ele mesmo; nós, homens, é que estaríamos atualizando a divindade, o absoluto, a razão.

Assim, Guerreiro fazia blague. Mas eu acho (sem me colocar a favor de uma ou de outra concepção) que na continuidade deste trabalho, duas coisas mereciam elaboração mais sistemática: uma era exatamente esse conceito de racionalidade inerente à postura hegeliana e que Guerrero gostaria de superar. Ele estava fazendo um estudo sistemático de Kant — vocês sabem que Kant tinha uma consciência muito nítida da separação entre as duas dimensões da racionalidade. *A crítica da razão pura* e *A crítica da razão prática* estão aí por isto. E Guerreiro pretendia fazer isso. O Luciano salientou muito bem a questão da racionalidade; acho que isso está muito bem colocado por ele, e não pode ser resolvido por nós, aqui, mas é uma colocação muito interessante.

As outras questões mereciam uma elaboração mais sistemática e profunda que eu gostaria de me propor a fazer, mas que demandaria muito tempo.

Agradeço a presença dos membros da mesa, dos demais participantes e declaro encerrado este painel.